

DFP

Demonstrações Financeiras Padronizadas

Companhia: TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.

Data Entrega: 12/03/2020

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes

Parecer dos Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Proposta de Orçamento de capital

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Unidade) 31/12/2019

Do Capital Integralizado

Ordinárias 176.000

Preferenciais 0

Total 176.000

Em Tesouraria

Ordinárias 2.493

Preferenciais 0

Total 2.493

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
1	Ativo Total	981.018	1.420.068	1.873.197
1.01	Ativo Circulante	46.296	55.160	150.454
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	84	45	3.782
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de caixa - Disponíveis	84	45	3.782
1.01.02	Aplicações Financeiras			
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado			
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo			
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas			
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.03	Contas a Receber	18.062	32.512	124.200
1.01.03.01	Clientes		1.168	123.173
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.062	31.344	1.027
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	106	4	54
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	15.375	22.326	950
1.01.03.02.03	Outros créditos	2.581	9.014	23
1.01.04	Estoques			
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.888	3.004	2.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.888	3.004	2.913
1.01.07	Despesas Antecipadas			
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes			
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.262	19.599	19.559
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	25.262	19.599	19.559

1.01.08.01.01	Participações a comercializar	25.262	19.599	19.559
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.01.08.03	Outros			
1.02	Ativo Não Circulante	934.722	1.364.908	1.722.743
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	225.731	434.777	655.791
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado			
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo			
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.02.01.04	Contas a Receber	210.242	423.763	655.773
1.02.01.04.01	Clientes			
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	4.631	6.175	
1.02.01.05	Estoques			
1.02.01.06	Ativos Biológicos			
1.02.01.07	Tributos Diferidos			
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			
1.02.01.08	Despesas Antecipadas			
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas			
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas			
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas			
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores			
1.02.01.09.04	Outras Créditos			
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	15.489	11.014	18
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.02.01.10.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.02.02	Investimentos	698.128	920.300	1.047.313
1.02.02.01	Participações Societárias	698.128	920.300	1.047.313
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas			

1.02.02.01.02	Participações em Controladas	698.128	920.300	1.047.313
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto			
1.02.02.01.04	Outros Investimentos			
1.02.02.02	Propriedades para Investimento			
1.02.03	Imobilizado	7.800	8.174	9.437
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.800	8.174	9.437
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento			
1.02.04	Intangível	3.063	1.657	10.202
1.02.04.01	Intangíveis	3.063	1.657	10.202
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.063	1.657	10.202

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
2	Passivo Total	981.018	1.420.068	1.873.197
2.01	Passivo Circulante	149.491	163.125	302.413
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.396	1.732	1.666
2.01.01.01	Obrigações Sociais			
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.396	1.732	1.666
2.01.02	Fornecedores	1.481	4.765	307
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.481	4.765	307
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais	280	347	6.710
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	280	347	6.710
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	280	347	6.710
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	107.429	115.030	126.118
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	80.739	90.484	82.634
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	80.739	90.484	82.634
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira			
2.01.04.02	Debêntures	26.690	24.546	43.484
2.01.04.02.01	Debêntures	26.690	24.546	43.484
2.01.04.02.02	Notas Promissórias			
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento			
2.01.05	Outras Obrigações	35.905	41.251	167.612
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.284	14.282	14.285
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	14.284	14.282	14.285
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			

2.01.05.02	Outros	21.621	26.969	153.327
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar			113.262
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.01.05.02.04	Contrato de aquisição de ativos			
2.01.05.02.06	Operações descontinuadas			
2.01.06	Provisões			
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			
2.01.06.02	Outras Provisões			
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02	Passivo Não Circulante	115.999	362.980	352.107
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	44.675	39.405	48.435
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	44.675	39.405	48.435
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	44.675	39.405	48.435
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira			
2.02.01.02	Debêntures			
2.02.01.02.01	Debêntures			
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento			
2.02.01.03.01	Contrato de aquisição de ativos			

2.02.01.03.02	Arrendamento mercantil			
2.02.02	Outras Obrigações	45		14.317
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas			
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.02.02.02	Outros	45		14.317
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.02.02.02.03	Contrato de aquisição de ativos			
2.02.02.02.04	Outros débitos			
2.02.03	Tributos Diferidos			
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			
2.02.04	Provisões	71.279	323.575	289.355
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	71.279	323.575	289.355
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais			
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis			
2.02.04.01.05	Provisão sobre PL negativo de controladas	70.899	317.070	289.355
2.02.04.01.06	Provisões para demandas judiciais e administrativas	380	6.505	
2.02.04.02	Outras Provisões			
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.02.04.02.04	Provisões sobre Passivo a Descoberto de Subsidiárias			
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			

2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			
2.03	Patrimônio Líquido	715.528	893.963	1.218.677
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	29.553	9.878	2.294
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			
2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894	-10.894
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.03.02.07	Reservas de capital	40.447	20.772	13.188
2.03.03	Reservas de Reavaliação	16.420	43.696	85.014
2.03.04	Reservas de Lucros			
2.03.04.01	Reserva Legal			
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar			
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros			
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto			
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-173.424	-2.590	288.390
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial			

2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão
---------	---------------------------------

2.03.08	Outros Resultados Abrangentes
---------	-------------------------------

2.03.08.01	Transações de capital
------------	-----------------------

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/12/2019	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços			
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos			
3.03	Resultado Bruto			
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-219.865	-391.655	-83.322
3.04.01	Despesas com Vendas			
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.015	-50.324	-62.924
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-17.858	-23.190	-39.247
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-7.625	-11.829	-10.304
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-5.569	-10.973	-8.691
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado	-610	-1.709	-459
3.04.02.05	Amortização de ágio sobre investimentos	-232	-2.586	-3.857
3.04.02.06	Amortização do Intangível	-121	-37	-366
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos			
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.617	22.259	1.008.068
3.04.04.01	Outras receitas operacionais	8.617	22.259	1.008.068
3.04.04.02	Ganho na diluição de participação			
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.802	-49.435	-735.948
3.04.05.01	Provisão para perda (ganho) do valor recuperável de ativos		-6.779	
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-2.240	-2.611	-1.337
3.04.05.03	Outras despesas não recorrentes	-3.562	-40.045	-734.611
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-190.665	-314.155	-292.518
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-190.665	-314.155	-292.518
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-219.865	-391.655	-83.322
3.06	Resultado Financeiro	-2.799	4.682	-90.170
3.06.01	Receitas Financeiras	16.145	27.035	74.314
3.06.01.01	Receitas Financeiras	16.145	27.035	74.314

3.06.02	Despesas Financeiras	-18.944	-22.353	-164.484
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-18.944	-22.353	-140.307
3.06.02.02	Varição Cambial Líquida			-24.177
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-222.664	-386.973	-173.492
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		1.736	184.853
3.08.01	Corrente			-9.166
3.08.02	Diferido		1.736	194.019
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-222.664	-385.237	11.361
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	30.039	17.226	-4.661
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	30.039	17.226	-4.661
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-192.625	-368.011	6.700
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01.01	ON	-1	-2	0
3.99.02.01	ON	-1	-2	0

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/12/2019	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-192.625	-368.011	6.700
4.02	Outros Resultados Abrangentes	21.791	32.988	276.787
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	21.791	22.637	20.241
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo		10.351	256.546
4.03	Resultado Abrangente do Período	-170.834	-335.023	283.487

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/12/2019	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.643	-67.264	-195.300
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-20.140	-20.144	-143.602
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-192.625	-368.011	6.700
6.01.01.02	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas			
6.01.01.03	Provisão para Contingências, líquidas de baixa e reversões	-6.125	6.505	
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	610	1.709	459
6.01.01.05	Amortização do intangível	121	37	366
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	33	1.420	34.802
6.01.01.07	Amortização do ágio e deságio sobre investimentos	241	2.354	3.857
6.01.01.08	Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	14.626	16.493	17.493
6.01.01.09	Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	-7.339	-14.400	85.012
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos		-1.736	-194.019
6.01.01.11	Resultado de operações descontinuadas	-30.039	-17.226	4.661
6.01.01.12	Resultado de equivalência patrimonial	190.665	314.155	292.518
6.01.01.13	Ganhos na alienação de investimentos			-992.344
6.01.01.14	Perda na baixa de investimentos	9.692		594.664
6.01.01.15	Amortização custos na emissão de debêntures			1.519
6.01.01.16	Perda na baixa de recebíveis			13.326
6.01.01.17	Ajuste a Valor justo de debêntures			-36.793
6.01.01.18	Variação cambial sobre debêntures			24.177
6.01.01.19	Provisão para devedores duvidosos		31.777	
6.01.01.20	Provisão para perda redução ao valor recuperável		6.779	
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.497	-47.120	-51.698
6.01.02.02	Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais		-3	-4.294
6.01.02.03	Impostos a recuperar	116	-91	-204

6.01.02.04	Outros valores a receber	7.792	-14.676	363
6.01.02.05	Fornecedores	-3.238	4.458	-412
6.01.02.06	Contas a receber empresas ligadas, operações não comerciais	9.242	7.897	-37.767
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	2.664	66	135
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	-67	-6.363	4.726
6.01.02.09	Pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes			
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-3.664	-10.996	
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	-5.348	-27.412	-14.245
6.01.03	Outros			
6.01.03.01	Outras variações de ativos e passivos			
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.627	-17.218	1.264.666
6.02.01	Investimentos em controladas e coligadas	-30.288	-136.294	-133.858
6.02.04	Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos	42.711		103.222
6.02.05	Aquisição de bens do imobilizado	-269	-578	-141
6.02.06	Recebimento na alienação de investimentos		121.565	1.300.000
6.02.07	Adições ao ativo intangível e intangível em construção	-1.527	-1.911	-4.557
6.02.08	Devolução de capital de controladas e coligadas			
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.055	80.745	-1.065.934
6.03.01	Integralização de capital em dinheiro			
6.03.02	Pagamento de variação cambial sobre debêntures			
6.03.03	Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos		-80.209	
6.03.04	Compra de ações em tesouraria			
6.03.05	Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	-60.844	-502.729	-1.325.727
6.03.06	Recebimentos de empresas ligadas, operações não comerciais	74.059	686.472	380.349
6.03.07	Juros recebidos de empresas ligadas, operações não comerciais	5.797	13.109	2.407
6.03.08	Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures			
6.03.09	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-14.307	-31.534	-5.818
6.03.10	Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-2.650	-4.364	-3.659

6.03.11	Juros pagos para empresas ligadas, operações não comerciais			-89.309
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes			
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	39	-3.737	3.432
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45	3.782	350
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84	45	3.782

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2019 à 31/12/2019

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	9.878	0	-2.590	43.696	893.963
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	9.878	0	-2.590	43.696	893.963
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	19.675	0	0	3.779	23.454
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-192.625	0	-192.625
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-192.625	0	-192.625
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes						
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						

5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros							
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas							
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período							
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período							
5.05.03	Reclassificações para o Resultado							
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros							
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	21.791	-31.055	-9.264	
5.06.01	Constituição de Reservas							
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	21.791	-21.791	0	
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação							
5.07	Saldos Finais	842.979	29.553	0	-173.424	16.420	715.528	
5.01	Saldos Iniciais	842.979	9.878	0	-2.590	43.696	893.963	
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores							
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	9.878	0	-2.590	43.696	893.963	
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	19.675	0	0	3.779	23.454	
5.04.01	Aumentos de Capital							

5.04.02	Gastos com Emissão de Ações							
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas							
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas							
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas							
5.04.06	Dividendos							
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio							
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-192.625	-9.264	-201.889	
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-192.625	0	-192.625	
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.264	-9.264	
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros							
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros							
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas							
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período							
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período							
5.05.03	Reclassificações para o Resultado							
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros							
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	21.791	-21.791	0	

5.06.01	Constituição de Reservas							
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	21.791	-21.791	0	
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação							
5.07	Saldos Finais	842.979	29.553	0	-173.424	16.420	715.528	

01/01/2018 à 31/12/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	2.294	288.390	0	85.014	1.218.677
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	2.294	288.390	0	85.014	1.218.677
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.589	0	7.273	6.880	24.742
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.04.08	Plano de opção de ações	0	-7.273	0	7.273	0	0

5.04.09	Ganho (perda) no aumento de capital	0	17.862	0	0	6.880	24.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-3.005	0	-354.655	-25.561	-383.221
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-368.011	0	-368.011
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-3.005	0	13.356	-25.561	-15.210
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Ajuste de reserva de reavaliação reflexa	0	-3.005	0	13.356	-10.351	0
5.05.02.07	Perda/Baixa por Impairment de reserva reavaliação	0	0	0	0	-15.210	-15.210
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-288.390	344.792	-22.637	33.765
5.06.01	Constituição de Reservas						

5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	22.637	-22.637	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.06.04	Contituição de reserva de dividendos	0	0	0	0	0	33.765
5.06.05	Absorção de reservas de lucros	0	0	-288.390	322.155	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	9.878	0	-2.590	43.696	893.963

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/12/2019	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	33.126	37.971	1.284.855
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços			
7.01.02	Outras Receitas	33.126	69.288	1.284.855
7.01.02.01	Realização da reserva de reavaliação	21.791	47.029	276.787
7.01.02.02	Outras Receitas	11.335	22.259	1.008.068
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios			
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		-31.317	
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.056	-39.360	-772.657
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos			
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.105	-27.747	-36.709
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos			
7.02.04	Outros	-11.951	-11.613	-735.948
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.070	-1.389	512.198
7.04	Retenções	-963	-4.332	-4.682
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-963	-4.332	-4.682
7.04.02	Outras			
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.107	-5.721	507.516
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-174.520	-285.384	-24.185
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-190.665	-314.155	-292.518
7.06.02	Receitas Financeiras	16.145	27.035	74.314
7.06.03	Outros		1.736	194.019
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-167.413	-291.105	483.331
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-167.413	-291.105	483.331
7.08.01	Pessoal	10.872	20.484	16.560
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.722	17.921	14.460
7.08.01.02	Benefícios	1.750	1.958	1.682

7.08.01.03	F.G.T.S.	400	605	418
7.08.01.04	Outros			
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.202	3.731	13.496
7.08.02.01	Federais	3.073	3.615	13.398
7.08.02.02	Estaduais	8	10	8
7.08.02.03	Municipais	121	106	90
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.387	22.889	165.127
7.08.03.01	Juros	18.944	22.353	140.307
7.08.03.02	Aluguéis	442	468	495
7.08.03.03	Outras	1	68	24.325
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-170.835	-320.983	283.487
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio			
7.08.04.02	Dividendos			
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-170.835	-320.983	283.487
7.08.05	Outros	-30.039	-17.226	4.661
7.08.05.01	Lucros (prejuízo) de operações descontinuadas	-30.039	-17.226	4.661

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
1	Ativo Total	3.746.906	3.982.493	4.648.833
1.01	Ativo Circulante	236.572	282.321	659.850
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	106.574	121.427	380.114
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponíveis	101.673	119.563	376.131
1.01.01.02	Caixa restrito	4.901	1.864	3.983
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.394	26.084	25.105
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	8.394	26.084	25.105
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo			
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.03	Contas a Receber	71.133	83.362	214.741
1.01.03.01	Clientes	50.969	46.014	194.577
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.164	37.348	20.164
1.01.03.02.01	Contas a receber - Partes relacionadas		17.184	
1.01.03.02.02	contas a receber - contratos de concessão	20.164	20.164	20.164
1.01.04	Estoques			
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.453	14.377	8.899
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.453	14.377	8.899
1.01.07	Despesas Antecipadas			
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	38.018	37.071	30.991
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	25.262	19.599	19.559
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.01.08.03	Outros	12.756	17.472	11.432
1.02	Ativo Não Circulante	3.510.334	3.700.172	3.988.983

1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	408.093	248.328	204.065
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado		35	35
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo			
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.02.01.04	Contas a Receber	740	667	
1.02.01.04.01	Clientes			
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	740	667	
1.02.01.05	Estoques			
1.02.01.06	Ativos Biológicos			
1.02.01.07	Tributos Diferidos	312.816	210.957	185.565
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	312.816	210.957	185.565
1.02.01.08	Despesas Antecipadas			
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	48.180	4.859	2.603
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas			
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	48.180	4.859	2.603
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas			
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	46.357	31.810	15.862
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.02.01.10.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	27.763	22.885	13.289
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	1.488	1.488	1.488
1.02.01.10.05	Outros Créditos	4.645	7.437	1.085
1.02.02	Investimentos			
1.02.02.01	Participações Societárias			
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas			
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto			
1.02.02.01.05	Outros Investimentos			

1.02.02.02	Propriedades para Investimento			
1.02.03	Imobilizado	178.894	171.644	135.397
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	178.894	171.644	135.397
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento			
1.02.04	Intangível	2.923.347	3.280.200	3.649.521
1.02.04.01	Intangíveis	2.923.347	3.280.200	3.649.521
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.331.940	2.316.211	3.649.521
1.02.04.02	Goodwill			
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	15.489	11.014	18
1.02.01.04.03	Contas a Receber - Partes Relacionadas	205.611	417.588	655.773
1.02.01.10.06	Ativos de direito de uso	12.461		
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	8.394	26.084	25.105
1.02.04.01.02	Intangível em construção	591.407	963.989	

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
2	Passivo Total	3.746.906	3.982.493	4.648.833
2.01	Passivo Circulante	911.115	1.767.393	1.959.207
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	77.049	103.433	144.458
2.01.01.01	Obrigações Sociais	47.515	77.156	119.043
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.534	26.277	25.415
2.01.02	Fornecedores	56.686	81.634	102.350
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	56.686	81.634	102.350
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais			
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais			
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar			
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	587.326	1.386.381	1.382.468
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	339.388	1.160.516	1.216.374
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	339.388	1.160.516	1.216.374
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira			
2.01.04.02	Debêntures	247.938	225.865	166.094
2.01.04.02.01	Debêntures	247.938	225.865	166.094
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento			
2.01.05	Outras Obrigações	148.063	165.359	304.027
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	30.259	40.982	61.238
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	30.259	40.982	61.238
2.01.05.02	Outros	117.804	124.377	242.789
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.545	1.543	114.806

2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes			
2.01.05.02.05	Contratos de aquisições de ativos			
2.01.05.02.06	Outros débitos	53.550	51.717	64.173
2.01.05.02.07	Notas Promissórias	54.215	54.304	54.344
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos		16.813	9.466
2.01.06	Provisões	41.991	30.586	25.904
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			
2.01.06.01.05	Obrigações contrato de concessão			
2.01.06.02	Outras Provisões	41.991	30.586	25.904
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.01.06.02.04	Obrigações contrato de concessão	41.991	30.586	25.904
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02	Passivo Não Circulante	2.084.573	1.237.191	1.345.479
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.389.901	556.289	684.228
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.382.596	471.759	418.254
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.382.596	471.759	418.254
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira			
2.02.01.02	Debêntures	7.305	84.530	265.974

2.02.01.02.01	Debêntures	7.305	84.530	265.974
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento			
2.02.02	Outras Obrigações	102.108	125.813	166.820
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.02.02.02	Outros	102.108	125.813	166.820
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.02.02.02.03	Notas Promissórias	9.026	63.181	117.336
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	45.427	11.861	7.792
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	84	576	1.647
2.02.02.02.06	Outros débitos	42.817	42.958	24.357
2.02.02.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos		7.237	15.688
2.02.03	Tributos Diferidos	215.319	233.254	272.202
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	215.319	233.254	272.202
2.02.04	Provisões	377.245	321.835	222.229
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	67.440	60.185	11.274
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais			
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis			
2.02.04.01.05	Provisão para manutenção			
2.02.04.01.06	Provisão para demandas judiciais e administrativas	67.440	60.185	11.274
2.02.04.01.07	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias			
2.02.04.02	Outras Provisões	309.805	261.650	210.955
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			

2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	309.759	261.602	210.907
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	46	48	48
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	751.218	977.909	1.344.147
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	29.553	9.878	2.294
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			
2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894	-10.894
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.03.02.07	Reservas de Capital	40.447	20.772	13.188
2.03.03	Reservas de Reavaliação	16.420	43.696	85.014
2.03.04	Reservas de Lucros			
2.03.04.01	Reserva Legal			
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar			
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros			
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			

2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto			
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-173.424	-2.590	288.390
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes			
2.03.08.01	Transações de capital			
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	35.690	83.946	125.470
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	21.621	26.969	40.065
2.02.02.02.05	Fornecedores	45		
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	8.494		
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamento	3.675		
2.02.02.02.09	Fornecedores	1.079		

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/12/2019	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	991.701	1.195.768	1.492.741
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-874.561	-841.908	-1.032.766
3.02.01	Operação, manutenção e conservação de rodovias	-197.175	-199.853	-231.369
3.02.02	Custo de manutenção - IAS 37	-45.023	-36.998	-53.213
3.02.03	Custo de construção	-96.254	-176.182	-278.164
3.02.04	Operação portuária			
3.02.05	Operação de cabotagem			
3.02.06	Operação de aeroportos			
3.02.07	Custo com pessoal	-104.101	-114.657	-97.860
3.02.08	Depreciação do Imobilizado (custo)	-1.085	-1.088	-436
3.02.09	Depreciação do Imobilizado (mais valia)			
3.02.10	Amortização do Intangível (custo)	-347.721	-232.870	-279.465
3.02.11	Amortização do Intangível (mais valia)	-40.877	-39.056	-45.369
3.02.12	Remuneração do poder concedente	-42.325	-41.204	-46.890
3.02.13	Operação de energia			
3.03	Resultado Bruto	117.140	353.860	459.975
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-161.344	-444.392	-60.036
3.04.01	Despesas com Vendas			
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-162.551	-193.225	-259.608
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-85.618	-98.591	-170.098
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-19.214	-28.702	-25.023
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-41.135	-55.249	-49.028
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-6.560	-2.181	-3.463
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-9.136	-5.283	-7.440
3.04.02.06	Amortização de ágio sobre investimento	-792	-3.123	-4.556
3.04.02.07	Depreciação do imobilizado (mais valia)	-96	-96	

3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos			
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.024	13.799	1.062.367
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.024	13.799	1.062.367
3.04.04.02	Ganho na diluição/aumento de participação			
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-817	-264.966	-862.795
3.04.05.01	Provisão para perda (ganho) do valor recuperável de ativos	14.718	-192.763	
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-2.323	-3.058	-2.261
3.04.05.03	Outras despesas não recorrentes	-13.212	-69.145	-860.534
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial			
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-44.204	-90.532	399.939
3.06	Resultado Financeiro	-312.518	-347.923	-604.577
3.06.01	Receitas Financeiras	14.712	34.667	40.382
3.06.01.01	Receitas Financeiras	14.712	34.667	40.382
3.06.02	Despesas Financeiras	-327.230	-382.590	-644.959
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-327.230	-382.590	-620.504
3.06.02.02	Varição cambial passiva			-24.455
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-356.722	-438.455	-204.638
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	110.248	34.841	205.760
3.08.01	Corrente	-3.914	-23.400	-50.916
3.08.02	Diferido	114.162	58.241	256.676
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-246.474	-403.614	1.122
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	30.039	17.226	-4.661
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	30.039	17.226	-4.661
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-216.435	-386.388	-3.539
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-192.625	-368.011	6.700
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-23.810	-18.377	-10.239
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-1	-2	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-1	-2	-0

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/12/2019	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-192.625	-368.011	6.700
4.02	Outros Resultados Abrangentes	21.791	32.988	276.787
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	21.791	22.637	20.241
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo		10.351	256.546
4.03	Resultado Abrangente do Período	-170.834	-335.023	283.487

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/12/2019	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	255.341	357.961	449.733
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	224.136	219.093	133.289
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-192.625	-368.011	6.700
6.01.01.02	Provisão para devedores duvidosos	-46.494	32.262	17.283
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-114.162	-58.241	-256.676
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	7.741	3.365	3.899
6.01.01.05	Amortização do intangível	397.734	277.302	332.275
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	45.657	40.713	79.901
6.01.01.07	Amortização de ágio e deságio sobre investimentos	2.752	3.123	4.556
6.01.01.08	Variações monetárias/cambial de empréstimos, financiamentos e debêntures	184.500	297.379	365.332
6.01.01.09	Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	3.370		-256
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	7.255	48.911	6.367
6.01.01.11	Margem de Construção	-542	-2.459	-4.376
6.01.01.12	Perda na baixa de investimentos	9.692		528.227
6.01.01.13	Apropriação de receitas diferidas líquidas	-492	-1.071	-1.358
6.01.01.14	Participação de acionistas não controladores	-23.810	-18.377	-10.240
6.01.01.15	Variação Cambial sobre debêntures			24.455
6.01.01.16	Resultado de Operações Descontinuadas	-30.039	-17.226	4.661
6.01.01.17	Perda na baixa de recebíveis			31.174
6.01.01.18	Ganhos na alienação de investimentos			-992.344
6.01.01.19	Ajuste a valor justo de derivativos e debêntures	-26.401	-20.017	-16.335
6.01.01.20	Amortização custos na emissão de debêntures		1.440	10.044
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.126	137.130	138.199
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-5.028	25.846	-17.173
6.01.02.02	Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	3.173	-2.256	-388

6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.924	-5.478	3.158
6.01.02.04	Outros valores a receber	-3.331	-11.251	-5.216
6.01.02.05	Fornecedores	-23.869	-20.716	1.421
6.01.02.06	Contas a pagar, empresas ligadas, operações comerciais	-10.723	-20.256	43.725
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	3.257	862	-4.540
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	7.839	-14.418	-51.321
6.01.02.09	Provisão para imposto de renda e contribuição social	-3.914	-23.400	50.916
6.01.02.10	Pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes			
6.01.02.11	Adiantamento de clientes e outras contas a pagar	56.394	27.437	117.617
6.01.02.12	Indenizações a receber - aditivos			
6.01.02.13	Ativos de operações descontinuadas			
6.01.02.14	Passivos de operações descontinuadas			
6.01.02.15	Provisão para Perda redução ao valor recuperável		-2.407	
6.01.02.16	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	-14.718	192.763	
6.01.02.17	Depósitos Judiciais	-4.878	-9.596	
6.01.03	Outros	25.079	1.738	178.245
6.01.03.01	Outras variações de ativos e passivos	25.079	1.738	178.245
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.801	-42.613	1.104.114
6.02.01	Investimentos em controladas e coligadas			-6.114
6.02.02	Dividendos e juros s/capital proprio recebidos	42.711		74.924
6.02.03	Recebimento da venda de investimentos		121.565	1.300.000
6.02.04	Aquisição de investimento			-13.000
6.02.05	Aquisição de bens do imobilizado	-5.068	-7.948	-1.242
6.02.07	Adições do ativo intangível	-35.842	-156.230	-250.454
6.02.08	Redução do capital em coligadas			
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-275.032	-571.916	-1.247.497
6.03.01	Integralização de capital em dinheiro	1.064	1.595	
6.03.02	Variação cambial paga sobre debêntures			-24.455
6.03.03	Compra de ações em tesouraria			

6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-80.209	
6.03.05	Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais		-31.777	-2.269
6.03.06	Recebimento de empresas ligadas, operações não comerciais			
6.03.07	Juros recebidos de empresas ligadas, operações não comerciais			
6.03.08	Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.360		16.000
6.03.09	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-229.740	-376.784	-947.537
6.03.10	Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-47.716	-84.741	-289.236
6.03.11	Juros pagos para empresas ligadas, operações não comerciais			
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes			
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.890	-256.568	306.350
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	119.563	376.131	69.781
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	101.673	119.563	376.131
6.03.12	Varição cambial pagas sobre debêntures			-24.177

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2019 à 31/12/2019

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	9.878	0	-2.590	43.696	893.963	0	893.963
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	9.878	0	-2.590	43.696	893.963	0	893.963
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	19.675	0	0	3.779	23.454	0	23.454
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-192.625	0	-192.625	0	-192.625

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-192.625	0	-192.625	0	-192.625
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes								
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	21.791	-31.055	-9.264	0	-9.264
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	21.791	-21.791	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	842.979	29.553	0	-173.424	16.420	715.528	0	715.528

5.01	Saldos Iniciais	842.979	9.878	0	-2.590	43.696	893.963	83.946	977.909
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	9.878	0	-2.590	43.696	893.963	83.946	977.909
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	19.675	0	0	3.779	23.454	0	23.454
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-192.625	-9.264	-201.889	-23.810	-225.699
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-192.625	0	-192.625	-23.810	-216.435
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.264	-9.264	0	-9.264
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								

5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	21.791	-21.791	0	-24.446	-24.446
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	21.791	-21.791	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	842.979	29.553	0	-173.424	16.420	715.528	35.690	751.218

01/01/2018 à 31/12/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	2.294	288.390	0	85.014	1.218.677	0	1.218.677

5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores									
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	2.294	288.390	0	85.014	1.218.677	0	1.218.677	
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.589	0	7.273	6.880	24.742	0	24.742	
5.04.01	Aumentos de Capital									
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações									
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas									
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas									
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas									
5.04.06	Dividendos									
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio									
5.04.08	Plano de opção de ações	0	-7.273	0	7.273	0	0	0	0	
5.04.09	Ganho (perda) no aumento de capital	0	17.862	0	0	6.880	24.742	0	24.742	
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-3.005	0	-354.655	-25.561	-383.221	0	-383.221	
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-368.011	0	-368.011	0	-368.011	
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-3.005	0	13.356	-25.561	-15.210	0	-15.210	

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros									
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros									
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas									
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período									
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período									
5.05.02.06	Ajuste de reserva de reavaliação reflexa	0	-3.005	0	13.356	-10.351	0	0	0	0
5.05.02.07	Perda/Baixa por Impairment de reserva reavaliação	0	0	0	0	-15.210	-15.210	0	-15.210	
5.05.03	Reclassificações para o Resultado									
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros									
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-288.390	344.792	-22.637	33.765	0	33.765	
5.06.01	Constituição de Reservas									
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	22.637	-22.637	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação									

5.06.04	Contituição de reserva de dividendos	0	0	0	0	0	33.765	0	33.765
5.06.05	Absorção de reservas de lucros	0	0	-288.390	322.155	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	9.878	0	-2.590	43.696	893.963	0	893.963

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/12/2019	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	1.175.028	1.318.045	2.945.686
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	967.627	1.101.180	1.290.580
7.01.02	Outras Receitas	207.401	216.865	1.655.106
7.01.02.01	Receitas de construção	153.969	178.641	282.540
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	21.791	47.029	276.787
7.01.02.03	Outras receitas	31.641	21.976	1.095.779
7.01.02.04	Provisão para devedores duvidosos		-30.781	
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios			
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa			
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-476.979	-767.863	-1.566.044
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos			
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-134.962	-162.615	-307.439
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos			
7.02.04	Outros	-342.017	-605.248	-1.258.605
7.02.04.01	Custos dos serviços prestados	-191.357	-179.925	-244.493
7.02.04.02	Custos de construção	-153.427	-176.182	-278.164
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	2.767	-249.141	-735.948
7.03	Valor Adicionado Bruto	698.049	550.182	1.379.642
7.04	Retenções	-406.267	-283.697	-340.729
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-406.267	-283.697	-340.729
7.04.02	Outras			
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	291.782	266.485	1.038.913
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.850	36.403	234.401
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial			
7.06.02	Receitas Financeiras	13.850	34.667	40.382
7.06.03	Outros		1.736	194.019

7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	305.632	302.888	1.273.314
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	305.632	302.888	1.273.314
7.08.01	Pessoal	144.915	164.516	146.381
7.08.01.01	Remuneração Direta	100.302	121.460	103.265
7.08.01.02	Benefícios	32.003	26.508	31.301
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.168	10.484	6.728
7.08.01.04	Outros	6.442	6.064	5.087
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.596	66.705	139.898
7.08.02.01	Federais	-39.001	11.900	75.051
7.08.02.02	Estaduais	272	357	503
7.08.02.03	Municipais	48.325	54.448	64.344
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	375.806	428.253	709.127
7.08.03.01	Juros	316.540	382.590	620.505
7.08.03.02	Aluguéis	1.874	3.405	14.830
7.08.03.03	Outras	57.392	42.258	73.792
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-194.646	-339.360	273.247
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio			
7.08.04.02	Dividendos			
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-170.836	-320.983	283.487
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-23.810	-18.377	-10.240
7.08.05	Outros	-30.039	-17.226	4.661
7.08.05.01	Lucros (prejuízo) de operações descontinuadas	-30.039	-17.226	4.661

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (Companhia), identificadas como, controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada Base para opinião com ressalva as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigação interna com o propósito de apurar os eventos reportados nos mandados de busca e apreensão, cumpridos pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte (Econorte) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. (Rio Tibagi), em 22 de fevereiro e 26 de setembro de 2018.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos com base nos despachos dos Juízes da 13ª e 23ª Vara Federal de Curitiba no âmbito da Operação Integração, que investiga a denúncia de atos criminosos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas concessionárias de rodovias públicas no Estado do Paraná. O despacho da 23ª Vara Federal de Curitiba apresenta acordos de colaborações premiadas nos quais foram relatados atos ilícitos praticados na execução do contrato de concessão por executivos e ex-executivos da Companhia e de suas controladas Econorte e Rio Tibagi. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) existem provas da materialidade e indícios de autoria da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, fraude licitatória, peculato e associação criminosa.

O Comitê Independente, em conjunto com os escritórios contratados para conduzirem as investigações internas, concluíram seus trabalhos em 29 de abril de 2019 e comunicaram ao Conselho de Administração os resultados factuais provenientes dos procedimentos investigativos, limitações de trabalho e por fim as recomendações para aprimoramento do programa de Compliance Anticorrupção da Companhia e suas controladas. Contudo, ainda se encontram em andamento as investigações conduzidas pelas autoridades públicas envolvendo executivos e ex-executivos da Companhia e das controladas Econorte e Rio Tibagi.

Consequentemente, em virtude das investigações e demais procedimentos conduzidos pelas autoridades públicas ainda estarem em curso, não foi possível, até este momento, concluir se algum ajuste seria necessário nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Companhia e suas controladas, Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. Econorte, Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., apresentam exposição negativa de capital circulante líquido e/ou vêm descumprindo suas obrigações financeiras e no caso das concessionárias, os investimentos previstos em seus respectivos contratos de Concessão. Conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 1 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração da Companhia vem desenvolvendo ações no sentido de mantê-las no curso normal de suas operações, realizando aportes de capital, alienação de ativos e implementando planos para recuperação extrajudicial, os quais tem sido objeto de contestação e não se encontram homologados em todas as instâncias requeridas, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção intitulada Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperação extrajudicial

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1.1 xiii) e 15 às demonstrações contábeis consolidadas, em 03 de dezembro de 2019, a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento aos recursos de apelação do BNDES e Infrabrazil, reformando a sentença de primeira instância de 09 de fevereiro de 2018, concedida pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, que havia homologado os Planos de Recuperação Extrajudicial (PRE's).

Em 22 de janeiro de 2020 foi publicado o acórdão com os votos dos julgadores do recurso e, a partir de 23 de janeiro de 2020 os PRE's da Companhia e da Concer, encontram-se suspensos, com os créditos abrangidos retornando às condições precedentes.

Referida decisão também estabelece que os credores contemplados no Leilão Reverso realizado em 20 de março de 2018 deverão depositar judicialmente os valores recebidos.

A Companhia, no entendimento de que tal decisão poderá ser reformada em instâncias superiores uma vez que não ocorreu trânsito em julgado das referidas ações, manteve em seus registros contábeis os efeitos de todas as transações decorrentes dos Planos de Recuperação Extrajudicial.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto

Discussão com Administradores e assessores jurídicos da Companhia no sentido de avaliar as alternativas jurídicas possíveis em relação ao Acórdão publicado.

Discussão com Administradores da Companhia voltada a identificação e validação das ações em curso no sentido de reafirmar junto aos credores envolvidos os compromissos assumidos no âmbito do PRE e leilões reversos realizados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, as decisões adotadas pela Companhia em relação a suspensão judicial de seu processo de Recuperação Extrajudicial foram satisfatórios. As divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Avaliação de Impairment do ativo intangível de controladas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrado, em 31 de dezembro de 2019 os ativos intangíveis de concessão de rodovias, incluindo intangível em construção no montante de R\$ 2.923.347 mil. A Administração avalia anualmente o risco de impairment dessas unidades geradoras de caixa, baseada em projeções de fluxo de caixa futuro e orçamentos preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança, para cada unidade geradora de caixa, quaisquer ajustes nas premissas utilizadas podem gerar efeitos significativos no resultado da avaliação e eventuais impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Considerando o segmento de operação das suas investidas, em que é necessária a análise de premissas de longo prazo que suportem as projeções para o período do contrato de concessão, as quais são diretamente afetadas pelo cenário

econômico e político do Brasil, bem como premissas sobre a rentabilidade futura que são complexas e envolvem alto nível de julgamento da Administração.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação da metodologia de impairment utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível;
- Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos intangíveis de concessão de rodovias adotados pela Administração, atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1)/IAS 36, bem como, as respectivas divulgações na nota explicativa nº 14, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Reconhecimento e mensuração - receita de concessão em controladas

Conforme Nota explicativa nº 22 às demonstrações contábeis, o reconhecimento de receita no segmento de concessão de rodovias é considerado um risco inerente, porque o processo envolve sistemas complexos de faturamento, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de tarifas por tipos de veículos. As receitas são reconhecidas à medida que a cobrança é efetuada, sendo ela de forma manual ou automática, utilizando os sistemas de controle da Companhia e o valor do investimento registra do pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais, foi considerado como assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:

- Entendimento dos controles internos utilizados pela administração para mensuração e reconhecimento da receita referente a cobranças manuais e automáticas;
- Avaliação e teste sobre os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação;
- Realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência e a contabilização das receitas no período adequado, avaliando o momento do reconhecimento da receita;
- Revisão da adequada divulgação realizada nas notas explicativas às demonstrações contábeis;
- Recálculo do método de equivalência patrimonial para as controladas diretas e indiretas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o reconhecimento de receitas e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individuais e consolidadas, estão conciliadas com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes e reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sob a denominação de reapresentadas, foram originalmente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório com modificação de opinião quanto a Investigações e outros

procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas e parágrafo de incerteza relevante quanto a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, datado de 08 de maio de 2019.

Conforme descrito na Nota Explicativa 2.7, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentadas em conformidade ao disposto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Revisamos e concordamos com os ajustes apurados e incorporados às demonstrações ora reapresentadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção Base para opinião com ressalva, não foi possível concluir se o Relatório da Administração também poderia estar distorcido de forma relevante pela mesma razão do assunto descrito na referida seção.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas

... e a adequação das políticas contábeis adotadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo A. de Vasconcelos
Contador CRC 1SP 166001/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras e a Destinação do Resultado, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, da Controladora e Consolidado.

Nossos exames foram complementados por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em conta ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela BDO RCS - Auditores Independentes S.S., em 11 de março de 2020, com ressalva, diante da impossibilidade de obter evidências de auditoria suficientes sobre os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tendo em vista os resultados inconclusivos quanto à existência de supostas ilicitudes apontadas pelo Ministério Público Federal e as limitações apresentadas pela investigação interna, o CONSELHO FISCAL, em decorrência de não existirem condenações da Companhia e dos administradores, possíveis mensurações de valores e conforme mencionado na nota explicativa 1.2, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 11 de março de 2020.

Bruno Shigueyoshi Oshiro

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório daa BDO RCS Auditores Independentes SS. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 11 de março de 2020 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 11 de março de 2020.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Presidente

Marcos Paulo Fernandes Pereira
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 11 de março de 2020 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 11 de março de 2020.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Presidente

Marcos Paulo Fernandes Pereira
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

1. Aos acionistas:

É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”) relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis vigentes, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

1.1 Perspectivas

O ano de 2019 foi marcado pela evolução de relevantes definições estratégicas para obtenção dos objetivos da Companhia.

Em rodovias, por exemplo, a Concebra, nossa controlada integral, chegou ao desfecho de um acordo com o BNDES para repactuação do empréstimo-ponte aprovado em junho de 2014. O acordo contempla o perdão dos encargos moratórios através de um bônus de adimplemento, além da destinação de parte da receita mensal da concessionária e mudança de indexador de TJLP + 2% a.a. para TLP + 2% a.a.

Nas demais concessões do segmento - Econorte, Concer e Transbrasiliana - destaque para o crescimento observado no tráfego de praticamente todas as operações no ano, resultado da recuperação após a greve dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018. A exceção foi a Econorte, que teve o seu fluxo regularizado a partir de agosto de 2019, após o fechamento da praça de pedágio de Jacarezinho em períodos intercalados do ano. Desconsiderando ainda a Concepa, encerrada em julho de 2018, o crescimento consolidado foi de 2,3%.

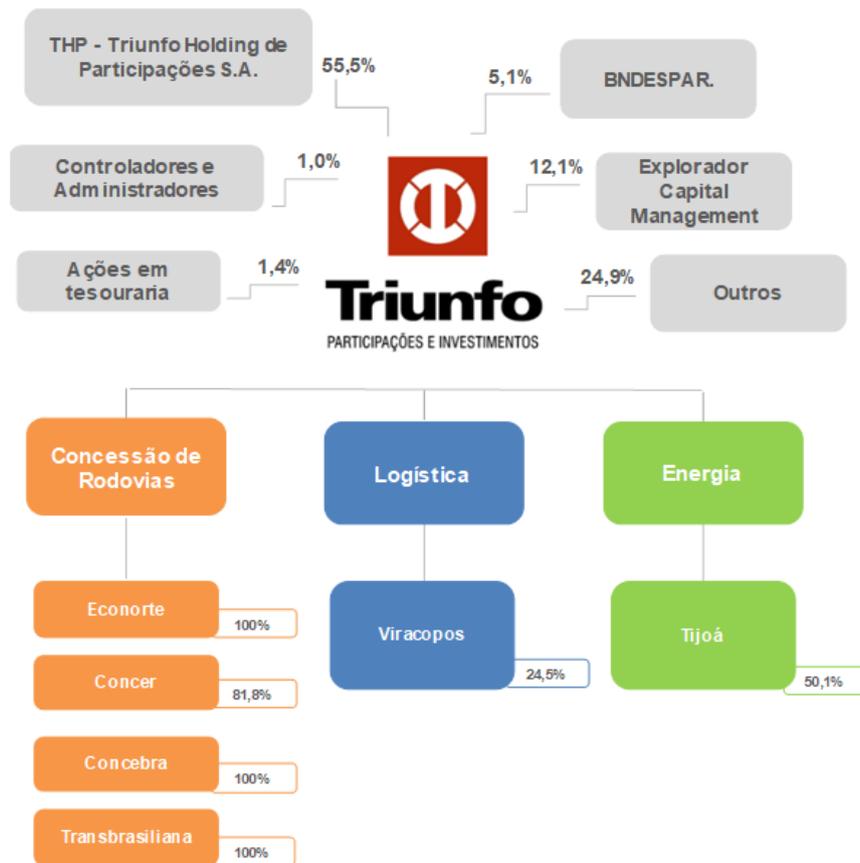
No segmento de energia, o acordo assinado junto a uma afiliada do BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds para a alienação de 100% da participação da Companhia nas operações da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, no interior do Estado de São Paulo, continua aguardando o cumprimento de todos os fatores previstos em contrato. O valor da transação é de R\$169,5 milhões, sujeitos a ajustes usuais, além de potencial *earn-out* com valor a ser determinado de acordo com o atingimento de eventos.

No segmento aeroportuário, em fevereiro de 2020, foi aprovado o plano de recuperação judicial de Viracopos. Dentre as condições requeridas pelos credores para aprovação, uma destas era a solicitação por parte de Viracopos para que seja utilizado o novo mecanismo de devolução amigável, com a garantia de limitação ao risco dos acionistas (*stop loss*).

Por fim, apesar dos planos de recuperação extrajudicial da Companhia e outras, bem como o da Concer, encontrarem-se suspensos, após decisão judicial de dezembro, as negociações para restabelecer os efeitos da RE com os credores envolvidos estão em curso, bem como as medidas legais cabíveis estão sendo tomadas, de modo a preservar os interesses da Triunfo e de seus acionistas.

2. Perfil Corporativo

Estrutura societária 31/12/2019 – Organograma simplificado



Somos uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com sólida atuação nos segmentos de concessão de rodovias, aeroporto e de geração de energia. Em comum a todos nossos negócios está a administração de serviços públicos por meio de concessões. Estamos listados desde 2007 no segmento Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa da B3. Focamos nosso trabalho na busca por negócios gerados pelo avanço e pelo aprimoramento da infraestrutura nacional, desde que observado o adequado retorno financeiro aos acionistas.

No segmento de concessões rodoviárias, somos responsáveis por administrar quatro concessões no sul, sudeste e centro-oeste do País, que totalizam 2.019,5 km de rodovias: Concer, Concebra, Econorte e Transbrasiliana. No segmento logístico, estamos presentes através da administração aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, São Paulo. No segmento de energia, a controlada em conjunto Tijoá é responsável pela operação e manutenção de Usina de Três Irmãos, em São Paulo.

Consolidação das Controladas 2019

Empresa	Participação	Sociedade	Tipo de Consolidação
Concessões Rodoviárias			
Concer*	81,8%	Controlada	Consolidação de 100%
Econorte	100,0%	Controlada	Consolidação de 100%
Transbrasiliana	100,0%	Controlada	Consolidação de 100%
Concebra	100,0%	Controlada	Consolidação de 100%
Geração/Comercialização/Operação e Manutenção de Energia			
Tijoá	50,1%	Controlada em Conjunto	Não é consolidado

*Em fevereiro e abril de 2019, a Triunfo aumentou a participação na Concer, passando de 74,9% para 79,1% e 81,8%, respectivamente.

3. Principais destaques de 2019:

- **Março:** restabelecimento do valor integral das tarifas praticadas na Econorte;
- **Mai:** (i) encerramento dos trabalhos do Comitê Independente constituído para coordenar as providências para instauração de investigação após os Mandados de Busca e Apreensão realizados na Companhia e algumas de suas controladas, no âmbito da Operação Integração, com resultado inconclusivo em relação à existência das supostas ilegalidades apontadas pelo Ministério Público Federal; e (ii) abertura da praça Cambará/Andirá, na Econorte, enquanto a praça de Jacarezinho permanecesse fechada;
- **Julho:** (i) nova decisão judicial determinando redução de 25,77% nas praças de pedágio da Econorte; e (ii) reajuste anual da tarifa básica de pedágio nas praças de Jataizinho e Sertaneja, na Econorte (+7,8%);
- **Agosto:** (i) celebração de contrato de Compra e Venda de Ações junto a uma afiliada do BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds, tendo por objeto a alienação de 100% da participação da Companhia, direta e indireta, nas companhias Juno Participações e Investimentos S.A., Tijoá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A.; (ii) restabelecimento do valor integral das tarifas praticadas na Econorte; e (iii) reabertura da praça de Jacarezinho, na Econorte;
- **Dezembro:** (i) reforma da sentença de primeira instância que havia homologado os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras e de sua subsidiária, Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio (Concer); e (ii) acordo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para repactuação das condições vigentes no empréstimo-ponte aprovado para a Concebra em junho/14.

4. Desempenho Operacional

Dados Operacionais 2019			
Tráfego Rodovias			
Veículos Equivalentes Pagantes (em milhares)	2019	2018	Var%
Concer	23.768	22.794	4,3%
Econorte	9.837	11.643	-15,5%
Transbrasiliana	23.651	22.702	4,2%
Concebra	85.861	82.799	3,7%
Tráfego Equivalente Total - ex Concepa¹	143.117	139.938	2,3%

¹Após o fim do contrato de concessão da Concepa em 03/07/2018, as operações na rodovia foram encerradas. Portanto, os dados referentes à concessão foram desconsiderados da análise para melhor comparabilidade.

No período, o total de veículos equivalentes pagantes atingiu 143,1 milhões, 2,3% acima do observado em 2018, reflexo da greve geral dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018, além dos efeitos de iniciativas para redução das evasões. Ao desconsiderar a Econorte, devido aos desdobramentos judiciais ao longo de 2019, o crescimento teria sido de 3,9%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrações Financeiras

(R\$ mil)	2019	2018	Var. %
Receita Operacional Bruta (ROB)	1.076.007	1.291.780	-16,7%
Arrecadação de Pedágio	967.627	1.101.180	-12,1%
Construção de Ativos	96.796	178.641	-45,8%
Outras Receitas	11.584	11.959	-3,1%
Deduções da Receita Bruta	(84.306)	(96.012)	-12,2%
Receita Operacional Líquida (ROL)	991.701	1.195.768	-17,1%
Custos Operacionais	(874.561)	(841.908)	3,9%
Operação e Manutenção das Rodovias	(197.175)	(199.853)	-1,3%
Custo de Manutenção - IAS 37	(45.023)	(36.998)	21,7%
Custo de Construção	(96.254)	(176.182)	-45,4%
Custo com Pessoal	(104.101)	(114.657)	-9,2%
Depreciação e Amortização	(389.683)	(273.014)	42,7%
Obrigações da Concessão	(42.325)	(41.204)	2,7%
Lucro Bruto	117.140	353.860	-66,9%
Despesas Operacionais	(161.344)	(444.392)	-63,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(85.618)	(98.591)	-13,2%
Remuneração dos Administradores	(19.214)	(28.702)	-33,1%
Despesas com Pessoal	(41.135)	(55.249)	-25,5%
Depreciação e Amortização	(16.584)	(10.683)	55,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.207	(251.167)	n/c
Resultado Antes do Resultado Financeiro	(44.204)	(90.532)	-51,2%
Resultado Financeiro	(312.518)	(347.923)	-10,2%
Receitas Financeiras	14.712	34.667	-57,6%
Despesas Financeiras	(327.230)	(382.590)	-14,5%
Varição Cambial	-	-	n/c
Resultado Antes dos Impostos	(356.722)	(438.455)	-18,6%
Impostos Sobre Lucro	110.248	34.841	n/c
Impostos Correntes	(3.914)	(23.400)	-83,3%
Impostos Diferidos	114.162	58.241	96,0%
Operações Descontinuadas	30.039	17.226	74,4%
Participação de Acionistas Não Controladores	23.810	18.377	29,6%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(192.625)	(368.011)	-47,7%
Lucro Base de Dividendos			
(R\$ mil)	2019	2018	Var. %
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(192.625)	(368.011)	-47,7%
Parcela realizada da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial	21.791	35.993	-39,5%
Outros efeitos	-	7.273	-100,0%
Lucro base de dividendos (prejuízo)	(170.834)	(324.745)	-47,4%

a) Receita Operacional

A receita operacional bruta consolidada apresentou queda de 16,7% em 2019, passando de R\$1.291,8 milhões para R\$1.076,0 milhões, impactada, principalmente, pelo encerramento da Concepa em julho de 2018. Adicionalmente, a redução de tarifa na Econorte (-25,77%) em períodos intercalados de 2019, bem como o fechamento da praça de Jacarezinho até agosto de 2019, também contribuíram para a redução.

A receita operacional líquida apresentou variação semelhante, passando para R\$991,7 milhões.

b) Custos Operacionais

Os principais itens que compõem nossos custos operacionais são: (i) operação e manutenção das rodovias; (ii) custo de construção das concessões; (iii) custos com pessoal; (iv) depreciação e amortização; e (v) obrigações da concessão. Os custos operacionais totalizaram R\$874,6 milhões, valor 3,9% acima do observado no ano anterior (R\$841,9 milhões), principalmente pelo início da amortização de parte dos custos referentes a Nova Subida da Serra na Concer.

c) Despesas Operacionais

As despesas operacionais são representadas pelas despesas com instalações e serviços administrativos e de consultoria, gastos com pessoal, remuneração da administração, além de outras receitas, despesas extraordinárias, depreciação e amortização.

Em 2019, as despesas operacionais apresentaram redução de 63,7%, passando de R\$444,4 milhões para R\$161,3 milhões no período atual, uma vez que, em 2018, a rubrica foi impactada pelo efeito do *impairment* na Econorte devido a necessidade da provisão para perda por desvalorização de seus ativos (R\$186,0 milhões) e pela provisão de despesas judiciais na Concer (R\$41,7 milhões).

d) Resultado Financeiro

O resultado financeiro está representado pelos juros, correções monetárias, remunerações pagas aos credores da Companhia, ajustados pelas receitas financeiras e ajustes a valor justo. Em 2019, o resultado financeiro consolidado foi negativo em R\$312,5 milhões, 10,2% abaixo do observado em 2018, resultado do estorno de despesas financeiras na Concebra após a repactuação da dívida, bem como da redução da despesa financeira da Concebra, que havia reconhecido multa e juros sobre passivos tributários em 2018.

e) Prejuízo Líquido do Exercício

Em razão dos fatores apresentados acima, a Companhia apresentou prejuízo líquido no montante de R\$192,6 milhões em 2019, frente ao prejuízo de R\$368,0 milhões em 2018. Considerando a parcela realizada da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial, o resultado base de dividendos totalizou um prejuízo de R\$170,8 milhões.

f) Perfil da Dívida e Endividamento

Em 31 de dezembro de 2019, apresentamos endividamento bruto de R\$2.040,5 milhões, queda de 2,1% em relação a 2018, principalmente por conta da repactuação da dívida da Concebra junto ao BNDES, além da redução do endividamento de algumas das demais controladas e da *holding*. A dívida líquida, por sua vez, apresentou redução de 0,6%, com impacto da redução das disponibilidades ao longo do ano. O endividamento da Companhia detalhado está disponível nas Demonstrações Financeiras, nas notas explicativas 15. Empréstimos e Financiamentos, 16. Debêntures e 17. Notas Promissórias.

<u>Endividamento</u> (R\$ mil)	2019	2018	Var. %
Endividamento curto prazo	641.541	1.457.498	-56,0%
Endividamento longo prazo	1.398.927	626.707	123,2%
Dívida Bruta	2.040.468	2.084.205	-2,1%
Disponibilidades	114.968	147.546	-22,1%
Dívida Líquida	1.925.500	1.936.659	-0,6%

6. Recursos Humanos

Temos no capital humano um fator fundamental à execução de nossa estratégia empresarial. Por isso, a Política de Gestão de Pessoas tem a função de balizar as relações de trabalho em todas as empresas Triunfo, estabelecendo sete dimensões: ambiente atrativo, igualdade de oportunidades, conduta ética e transparente,

desenvolvimento de competências, remuneração justa e competitiva, saúde e segurança do trabalho e liberdade de associação e negociações coletivas.

A qualificação, o desempenho e a segurança de seus profissionais são requisitos essenciais para que possamos oferecer serviços de excelência, sendo que ao longo de 2019 foram realizadas 64,4 mil horas de treinamentos. Proporcionar aos colaboradores um ambiente de trabalho saudável, além de assegurar a eles a possibilidade de desenvolver competências, são premissas permanentemente presentes em nossas atividades. Em 2019, as empresas do segmento de rodovias e a Companhia empregavam 2.708 pessoas, variação de -4,7% em relação ao registrado em mesmas bases no ano anterior.

7. Sustentabilidade

Por meio da Política Triunfo de Sustentabilidade, nos comprometemos a conduzir os negócios de maneira a diminuir os impactos negativos de nossas atividades e contribuir efetivamente para o desenvolvimento da infraestrutura nacional. As diretrizes da Política norteiam a atuação corporativa a partir de sete eixos: ética e integridade; satisfação de usuários e clientes; inovação; valorização de profissionais; conservação ambiental; engajamento comunitário; e gestão responsável.

A fim de fortalecer esse compromisso, temos o Comitê de Sustentabilidade, vinculado ao Conselho de Administração, cuja principal atribuição é incluir o tema como elemento primordial da estratégia e da cultura organizacional.

Empenhados em monitorar os impactos de nossas atividades, bem como sermos transparentes em relação às nossas ações, divulgamos anualmente o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Os principais indicadores do Inventário são reportados junto ao Relatório de Sustentabilidade, elaborado a partir das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), auditado por empresa independente e publicado sempre no primeiro semestre de cada ano, referente ao ano anterior.

8. Investimentos

Com o objetivo de priorizar a liquidez e melhorar a estrutura de capital da Companhia, implementamos ações para a alienação de ativos, objetivando gerar recursos e reduzir o grau de endividamento. Dentre os investimentos, destinamos os ativos Aeroportos Brasil, Tijoá e CSE à venda.

Desta forma, a Companhia reclassificou seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica "Participações a comercializar" no ativo circulante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi baixado para perda em 30 de junho de 2017, em razão da impossibilidade de mensurar o valor recuperável até que seja realizada a venda do ativo ou a devolução da concessão de Viracopos ao poder concedente. Permanecemos comprometidos com o plano de venda das controladas em conjunto Tijoá e CSE, com um acordo já assinado com uma afiliada do BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds em agosto de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, os investimentos realizados em controladas eram:

Investimento	Participação %	Investimentos permanentes 31/12/2019
Rio Tibagi	100,00%	2.814
Concebra	100,00%	209.249
Concer	81,84%	149.844
Rio Bonito	82,00%	9.117
Dable	100,00%	187.578
Venus	100,00%	5.364
TPI-Log	100,00%	78.897

TPL	100,00%	23.867
Rio Claro	100,00%	8.807
Tucano	100,00%	8.892
Guariroba	100,00%	2.888
CTVias	100,00%	9.822
Outros ativos	-	989
Total Investimentos		698.128
Econorte	100,00%	(58.357)
Concepa	100,00%	(12.496)
Ecovale (i)	52,50%	(46)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias		(70.899)
Total Investimentos Líquido		627.229

9. Governança Corporativa

Como uma empresa participante do Novo Mercado da B3, acreditamos que a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio. Nossa estrutura é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da Companhia. É responsável, também, pela supervisão da gestão da Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é formado por oito membros, sendo dois deles independentes, indicados pelos acionistas minoritários e com prazo de mandato de dois anos se encerrando em abril de 2021.

A Diretoria Executiva, composta por três membros, é responsável pela gestão e execução do negócio, direcionada pelas deliberações do Conselho de Administração. Os diretores têm responsabilidades pessoais e são nomeados pelo Conselho de Administração também para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos, porém com encerramento em maio de 2021. O Conselho Fiscal da Triunfo foi instituído em 2010 em caráter não permanente, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral. É constituído por três membros efetivos, que têm como principal responsabilidade fiscalizar os atos dos Administradores e analisar as Demonstrações Financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

A posse dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3.

A auditoria independente da BDO RCS Auditores Independentes – S.S. aplica procedimentos de prestação de contas aos acionistas e investidores. Em consonância com as boas práticas de Governança Corporativa e conforme disposições contidas na Instrução CVM n° 381/03, informamos que os Auditores Independentes não prestaram qualquer outro tipo de serviço além dos relacionados à auditoria. Os honorários relativos ao exercício de 2019 para a Companhia e suas operações rodoviárias totalizaram R\$710 mil.

10. Mercado de Capitais

Desde o IPO em 2007 estamos inseridos no Novo Mercado, o mais elevado padrão de Governança Corporativa da B3. As ações ordinárias são negociadas sob o código TPIS3 e encerraram o ano de 2019 cotadas a R\$1,69, com volume financeiro médio diário de negociação de R\$765,0 mil ou 457,2 mil ações. O total de ações ordinárias é de 176 milhões e nosso valor de mercado no encerramento de 2019 era de R\$297,4 milhões.

11. Dividendos

Nosso Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, apurado nas demonstrações financeiras. A declaração anual de dividendos exige a aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das nossas ações e depende de diversos fatores como os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras, dentre outros. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve lucro base de dividendos.

12. Relações com Investidores

Acionistas, investidores e analistas de mercado têm à disposição informações no site www.triunfo.com/ri. Além disso, o contato pode ser estabelecido através do e-mail: ri@triunfo.com, pelo telefone +55 11 2169 3999 ou através do aplicativo de relações com investidores da Companhia. Acreditamos que uma comunicação transparente dos resultados é fundamental para que a comunidade financeira seja capaz de realizar uma análise correta de nossas atividades.

13. Agradecimentos

Aproveitamos para agradecer nossos acionistas, usuários, prestadores de serviços e, em especial aos nossos profissionais, que tanto ajudam em nosso crescimento, por mais um ano de trabalho dedicado à Companhia.

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo”, “Companhia” ou “Controladora”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 2.3. Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

i) Concessionárias de rodovias

Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), tendo como objeto a recuperação, o reforço, o monitoramento, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da rodovia. O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão é de 25 anos, sendo o término em fevereiro de 2021. Em razão das obras executadas no âmbito do 12º Termo Aditivo ao contrato de concessão (“12º Aditivo”), o prazo pode ser prorrogado pela proporção necessária para se obter o reequilíbrio econômico-financeiro dos investimentos realizados.

O 12º Aditivo foi firmado em abril de 2014 com o objeto principal de executar as obras da Nova Subida da Serra, em contrapartida ao pagamento dos serviços pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “poder concedente”) ou pela extensão de prazo do contrato de concessão, a fim de estabelecer equilíbrio econômico-financeiro decorrente dos investimentos com as obras. O poder concedente encontra-se inadimplente, uma vez que realizou apenas dois pagamentos referentes à parte da primeira parcela das obras já executadas. Em janeiro de 2017, o TCU determinou a recomposição da equação econômico-financeira do contrato de concessão.

Em junho de 2017 foi publicada a Resolução ANTT nº 5.353, buscando anular de forma unilateral a cláusula do 12º Aditivo que permite a extensão do prazo de concessão. Em 12 de setembro de 2019, a Concer obteve sentença judicial concedida pela primeira instância da Justiça Federal do Distrito Federal declarando a nulidade da referida resolução, preservando o direito de extensão de prazo previsto em contrato, e aguarda a competente recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

O valor total de obras executadas referente ao 12º Aditivo, líquido de pagamentos efetuados pelo poder concedente, é de R\$523.868, classificados no intangível em construção, representando o direito de exploração da rodovia, uma vez que, não havendo o aporte residual do poder concedente, deverá ser recuperado pela arrecadação da tarifa de pedágio devido à extensão do prazo da concessão, conforme previsto no 12º Aditivo.

Concepa

A Concepa explorou até 03 de julho de 2018 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Porto Alegre, conhecido como *Free Way*, e o entroncamento da BR-116/RS, de Porto Alegre à Guaíba. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão era de 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Concepa e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Em 04 de julho de 2017, com o término do prazo original da concessão, foi firmado entre a Concepa e ANTT o 14º termo aditivo ao contrato de concessão, que prorrogou por mais um ano os serviços de manutenção e operação da rodovia.

Antes do encerramento do contrato, havia sido ajuizado pela Concepa um pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de vigência da concessão. Dentre os pleitos que permanecem em análise administrativa e judicial, a Concepa destaca a necessidade de remuneração pelos investimentos realizados na modernização do vão móvel da Ponte do Guaíba e na operação especial para uso do acostamento como faixa adicional de tráfego, além da recomposição do efeito da supressão dos valores de receitas comerciais alternativas da tarifa de pedágio. A Concepa tem desequilíbrios pendentes desde 2003.

Os pleitos têm como fundamento o § 4º do Artigo 9º da Lei n.º 8.987/95 (Lei das Concessões), que determina o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato concomitantemente ao desequilíbrio quando provocado unilateralmente pelo poder concedente.

Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323) por meio de concessão obtida mediante licitação pública, pelo prazo de 24 anos, que se encerrará em novembro de 2021. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A operação da Econorte foi significativamente impactada nos dois últimos exercícios sociais, devido à diversas ações de autoridades públicas, conforme detalhadas a seguir, incluindo desdobramentos das Operações Integração I e II da Polícia Federal, descritas no item 1.2 desta nota explicativa.

Em 23 de novembro de 2018 a Companhia foi notificada da liminar deferida pelo Juízo de Jacarezinho nos autos da Ação Civil Pública (“ACP”) nº 5010042-54.2018.4.04.7013/PR, proposta pelo Ministério Público Federal, que suspendeu todos os termos aditivos referentes ao Contrato de Concessão desde o ano 2000. Dessa forma, no mesmo dia, deixou de cobrar a tarifa de pedágio na Praça de Jacarezinho e reduziu em 26,75% as tarifas praticadas nas praças de sua arrecadação. Em 04 de dezembro de 2018 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (“TRF-4”) decidiu pela incompetência do Juízo de Jacarezinho e remeteu o processo à 1ª Vara Federal de Curitiba que ratificou a liminar concedida anteriormente. A decisão foi suspensa pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça em 28 de fevereiro de 2019. No entanto, em 01 de março de 2019, nos autos da Ação Popular nº 2006.70.13.003009-4, por meio de Pedido de Tutela Inibitória promovido pelo Ministério Público Federal, no âmbito de cumprimento provisório de sentença, foi determinada novamente a suspensão da cobrança da tarifa de pedágio na praça de Jacarezinho.

Em 24 de maio de 2019 a 1ª Vara Federal de Curitiba nos autos da ACP proposta pelo Ministério Público Federal, dentre outras determinações, estabeleceu que enquanto permanecer fechada a praça de Jacarezinho, a concessionária poderia abrir a praça Cambará/Andirá e tarifar o pedágio. Desta forma, foi realizada a reabertura da praça de pedágio de Cambará, bem como o início da cobrança da tarifa de pedágio a partir do dia 1º de junho.

No dia 05 de julho de 2019 a Econorte foi intimada judicialmente quanto à decisão liminar da 1ª Vara Federal de Jacarezinho, de 03 de julho de 2019, nos autos da ACP de Improbidade Administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do

Paraná que, dentre outras determinações, estabeleceu a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças, a manutenção dos serviços e dos investimentos, a continuidade das obras em Santo Antonio da Platina, bem como a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi. Em cumprimento à referida decisão, a redução de 25,77% nas tarifas de pedágio das três praças da Econorte foi aplicada desde o dia 6 de julho de 2019.

Em 1º de agosto de 2019 foi revogada pela 1º Vara Federal de Curitiba decisão liminar de 03 de julho de 2019 e julgada extinta a ACP de Improbidade Administrativa. A decisão reverteu: (i) a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças; a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi. Em cumprimento à referida decisão, as tarifas de pedágio das praças da Econorte foram reestabelecidas em 2 de agosto de 2019.

Em 09 de agosto de 2019, foi proferida decisão pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal em pedido de Suspensão de Liminar e Sentença que, dentre outras determinações, autorizou a reabertura da praça de pedágio de Jacarezinho. A reabertura da praça de Jacarezinho aconteceu no dia 11 de agosto de 2019, bem como o encerramento da cobrança na praça de Cambará/Andirá, que estava em funcionamento desde 01 de junho de 2019, conforme havia sido estabelecido pela 1ª Vara Federal de Curitiba.

Em 21 de janeiro de 2020 a Companhia e suas subsidiárias Econorte e Rio Tibagi tomaram conhecimento de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos da ACP de Improbidade Administrativa proposta pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR, restabelecendo a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças da Econorte e a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi.

Em 05 de fevereiro de 2020, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu parcialmente a decisão liminar acima, revertendo a redução das tarifas de pedágio, sendo restabelecida a tarifa nas praças de pedágio a partir de 06 de fevereiro de 2020. Em 02 de março de 2020, foi publicada a decisão do juízo de primeira instância, que suspendeu a vedação da distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi.

Concebra

A Concebra explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios, sendo: 630,2 km da BR-060 e BR-153, desde o entroncamento com a BR-251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,3 km da BR-262, do entroncamento com a BR-153 ao entroncamento com a BR-381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos. O objeto da concessão consiste na recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão é de 30 anos.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão, financiados com capital dos acionistas e de terceiros. Em 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da controlada, com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos demais bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, resultou no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Concebra. Em 23 de dezembro de 2019 a Concebra assinou junto ao BNDES o instrumento de confissão e reescalonamento da dívida, com interveniência da Companhia. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 15.

Sem as liberações de financiamentos inicialmente previstos, e tendo em vista o alto volume de investimentos estabelecidos para os primeiros anos de concessão, tornou-se inviável o

cumprimento de todas as obrigações da concessionária. Para continuidade do contrato firmado com o Governo Federal, a Concebra está em tratativas junto à ANTT para a Revisão Quinquenal, conforme prevê o contrato de concessão.

Como medida paralela à Revisão Quinquenal, a Concebra protocolou, em 05 de julho de 2019, requerimento de instauração de processo arbitral perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), em que se discute o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Em 10 de junho de 2019 a Concebra, através da 3ª Vara Federal Cível da SSJ, obteve decisão liminar que assegura que, até a resolução do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANTT se abstenha da aplicação de penalidades tais como: caducidade, redução tarifária a partir da aplicação de fator D, cobrança de valores ou exigências de cumprimento de quaisquer obrigações contratuais até que o tribunal arbitral pronuncie-se sobre a questão ou a Agência solucione o desequilíbrio. Em 30 de julho de 2019 foi obtida decisão ratificando a decisão liminar, tornando seus efeitos estáveis.

Adicionalmente, o Governo Federal estabeleceu a possibilidade de devolução amigável de contratos de concessão, por meio do processo de relicitação, disposto pela Medida Provisória nº 752, que posteriormente foi convertida na Lei nº 13.448/17 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957/19 em agosto de 2019. Em dezembro de 2019, a ANTT publicou a Resolução nº 5.860/19, estabelecendo a metodologia para o cálculo dos valores indenizáveis em caso de extinção antecipada do contrato de concessão. Além das medidas citadas anteriormente, a adoção da relicitação também está sendo avaliada pela Administração da Concebra e da Companhia.

Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O objeto da concessão é a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias dos trechos concedidos. A Triunfo adquiriu a participação na Transbrasiliana em 05 de janeiro de 2015. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão é de 25 anos, finalizando em fevereiro de 2033.

ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

Rio Guaíba

A controlada Rio Guaíba prestou serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias à controlada Concebra até 03 de julho de 2018, quando as operações da concessionária foram encerradas.

Rio Tibagi

A controlada Rio Tibagi prestou serviços de agenciamento para utilização da faixa de domínio e manutenção de trechos da rodovia administrada pela controlada Econorte até 31 de dezembro de 2018.

iii) *Prestação de serviços de monitoramento*

CTVias

A controlada CTVias prestou serviços de monitoramento e avaliação de pavimentos para as concessionárias de rodovias do grupo até o primeiro semestre de 2019.

iv) *Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica*

Tijóá

A Tijóá tem por objeto específico a geração de energia elétrica por meio da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijóá desde agosto de 2014. A controlada em conjunto encontra-se em processo de alienação, vide nota explicativa nº 11.

CSE

O CSE tem por objeto a prestação de serviços especializados no segmento de geração e transmissão de energia elétrica, relacionados à engenharia de operação e manutenção, supervisão e execução da operação e de manutenção local, gestão ambiental e fundiária, bem como apoio administrativo, planejamento e gestão de empreendimentos. O CSE teve início em outubro de 2015 com as atividades substancialmente concentradas na prestação de serviços à Tijóá, posteriormente expandindo sua atuação com outros clientes.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% no CSE, que também se encontra em processo de alienação, vide nota explicativa nº 11.

v) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Viracopos assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (“Viracopos”), pelo prazo de 30 anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

- a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;
- b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a concessionária Viracopos deve pagar à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente

pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. O valor total atualizado da outorga a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$3.386.030, líquido de compensações e pagamentos já efetuados. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

A seguir estão apresentados os principais assuntos das referidas controladas em conjunto.

Relicitação:

Os acionistas de Viracopos autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do contrato de concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Em 29 de julho de 2017, a Concessionária solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação.

O interesse pela relicitação da Concessão de Viracopos resultou do cenário de dificuldade financeira enfrentado pela concessionária, derivada da alteração no contexto macroeconômico do país e da expectativa de demanda estimada pelo próprio poder concedente para os serviços concessionados. Soma-se a isto diversos desequilíbrios econômico-financeiros do Contrato de Concessão, não equacionados pelo Poder Concedente (ANAC) concomitantemente ao ato, conforme previsto nos termos da Lei nº 8.987/95.

No exercício de 2017 a Companhia refletiu em suas demonstrações financeiras o efeito do reconhecimento da perda sobre este ativo, por meio da baixa do investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que somado aos aportes realizados naquele exercício, totalizou uma perda de R\$404.289 em 31 de dezembro de 2017. Em 2018 e em 2019 não foram realizados novos aportes no investimento, desta forma, não houve perdas ou baixas reconhecidas nos exercícios de 2018 e de 2019.

A Administração da Triunfo pautou o registro de perda do investimento em Viracopos pelos os seguintes fatos: (i) os procedimentos de encerramento do atual contrato de concessão seriam objeto de termo aditivo a ser firmado, após aceita a qualificação para relicitação deste empreendimento; (ii) o valor da indenização estava sujeito a processo arbitral; (iii) o pagamento da indenização aos atuais acionistas somente ocorreria no momento da transferência do contrato de concessão para o futuro concessionário, ou abertura do processo de caducidade, e priorizaria o pagamento dos financiadores, das multas e das outorgas.

Nos termos do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") aprovado em Assembleia Geral de Credores em 14 de fevereiro de 2020, Viracopos se comprometeu a requerer a relicitação do contrato de concessão, nos termos do Decreto 9.957/2019, que regulamenta a Lei 13.448/17.

Processo de caducidade:

Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada em conjunto Viracopos recebeu notificação da ANAC comunicando a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar caducidade da concessão do Aeroporto de Viracopos.

Em 09 de maio de 2018 foi deferida, por decisão judicial da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas, a suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como de todas as ações e execuções movidas contra as investidas, notadamente da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase

I-B prevista no Contrato de Concessão. Em sessão concluída em 29.09.2018, a 1ª Câmara Reservada do Tribunal de Justiça de São Paulo revogou a decisão do Juízo da Recuperação de suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase I-B prevista no Contrato de Concessão.

Diante da decisão proferida em 19 de dezembro de 2018 na Ação Revisional, conforme detalhado adiante, o Poder Concedente está impedido de decretar a caducidade da concessão.

Em 24 de setembro de 2019 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (“TRF-1”) deferiu o pedido de suspensão de liminar e sentença requerido pela ANAC, por meio do qual foram suspensos os efeitos de liminar anteriormente concedida à Viracopos que impedia a aplicação de penalidades, incluindo a pena de caducidade e a execução da garantia de execução contratual, em razão de supostos inadimplementos de obrigações financeiras. Em 03 de janeiro de 2020, o mesmo Tribunal atribuiu efeito suspensivo ao recurso apresentado pela concessionária, permitindo o andamento do processo de caducidade, mas impedindo a aplicação da pena de caducidade.

Em 23 de janeiro de 2020 foi proferida decisão pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça suspendendo o processo de caducidade e as multas administrativas impostas pela ANAC em relação à controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. Em 17 de fevereiro de 2020 foi proferida decisão pela Relatora do processo no STJ permitindo novamente a retomada do processo de caducidade, no entanto, permanece válida a decisão de 03 de janeiro de 2020, do TRF-1, conforme parágrafo acima.

Recuperação Judicial:

No dia 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 e do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76. O objetivo do pedido é preservar os ativos das companhias, promover o equacionamento de sua situação financeira, assegurar a continuidade das atividades e a manutenção de milhares de postos de trabalho (diretos e indiretos), assegurar o recolhimento de relevantes tributos e o pagamento dos créditos concursais, na forma do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”). A consultoria Deloitte Touche Tohmatsu realizou perícia prévia para análise da documentação apresentada, bem como foi nomeada como administradora judicial.

Em 23 de maio de 2018 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das companhias, iniciando o prazo de 60 dias úteis para apresentação do plano de Recuperação Judicial e o prazo de 180 dias úteis de *stay period*, no qual todas as ações e execuções contra as companhias foram suspensas. Em 27 de julho de 2018, foi protocolado na 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas o Plano de Recuperação Judicial, para deliberação pelos credores.

Em 03 de dezembro de 2018 foi determinada a realização da Assembleia Geral de Credores (“AGC”) para os dias 12 de fevereiro de 2019 (primeira convocação) e 26 de fevereiro de 2019 (segunda convocação) e deferido a prorrogação do *stay period* por mais 120 dias. Em 1º de fevereiro de 2019 foi requerida a redesignação da AGC para 16 de maio de 2019, bem como a prorrogação do *stay period* por mais 90 dias, o que foi deferido pelo juízo da Recuperação Judicial. Em 08 de maio de 2019, atendendo o pedido das Recuperandas, a AGC foi redesignada para o dia 27 de junho de 2019 (primeira convocação) e 1º de agosto de 2019 (segunda convocação), sendo que em primeira convocação a assembleia não foi instalada por ausência de quórum e em segunda convocação os credores deliberaram a suspensão da AGC por 60 dias. A AGC foi convocada novamente para 1º de outubro de

2019, porém, por acordo entre os credores, optou-se por nova suspensão, e foi retomada em 16 de dezembro de 2019, em primeira convocação. Sobreveio novo adiamento e a AGC foi então convocada para 13 de fevereiro de 2020, sendo que após suspensão de 12 (doze) horas, em 14 de fevereiro de 2020 foi aprovado o PRJ apresentado pela concessionária que prevê, dentre outras medidas, a necessidade de requerimento de relicitação. A devolução do ativo no contexto desta relicitação ocorrerá de modo a representar um *stop loss*, implicando uma ampla quitação para a Concessionária e seus acionistas (público e privados), nos termos e condições do plano. Em 18 de fevereiro de 2020 o PRJ foi homologado judicialmente.

Viracopos firmou ainda um acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, estabelecendo que os valores decorrentes de instrumentos financeiros concedidos à Concessionária não estão sujeitos ao processo de Recuperação Judicial. O acordo prevê também a liberação de recursos disponíveis nas contas garantidoras vinculadas a esses passivos, bem como a suspensão parcial de pagamentos até que ocorra a relicitação do aeroporto.

Multas – ANAC:

No dia 08 de outubro de 2018, em julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi dado provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela ANAC, referente ao impedimento de execução da multa por suposta não efetivação tempestiva de investimentos previstos na fase I-B do contrato de concessão e das respectivas apólices de seguro (“apólices”) e do processo administrativo tendente à decretação da caducidade da concessão. Como resultado desse julgamento, foi cassada a decisão judicial proferida em 09 de maio de 2018 pela 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas. A Triunfo é contragarantidora das apólices.

Em 27 de fevereiro de 2019, a ANAC interpôs agravo de instrumento (“agravo”), contra a decisão liminar e, no dia seguinte, suscitou um pedido de Suspensão de Liminar e Sentença (“SLS”). Na hipótese de ser concedido efeito suspensivo ao Agravo ou deferida a SLS, a ANAC poderá executar as apólices de garantia de execução contratual.

Adicionalmente, foram encerrados os processos administrativos instaurados pela ANAC para apuração dos valores e períodos relativos à aplicação de multas diárias pelo atraso na entrega de obras da fase I-B, e os valores das multas foram fixados. A controlada em conjunto Viracopos contesta a multa judicialmente.

Os assessores jurídicos externos opinam que a probabilidade de execução dos acionistas em tais processos é remota. Ressalta-se que eventuais valores devidos à ANAC a título de multa estão sujeitos aos termos da Recuperação Judicial.

Ação revisional:

Em 12 de dezembro de 2018 Viracopos ingressou com ação judicial junto à Justiça Federal da 1ª Região visando a promoção do reequilíbrio do contrato de concessão e consequente vedação de prosseguimento do processo de caducidade e execução das garantias contratuais, liminarmente foi requerido que a ANAC se abstinhasse de aplicar penalidades contratuais à Viracopos que se refiram à supostos inadimplementos de obrigações financeiras, incluindo a penalidade de caducidade da concessão, e de executar e/ou acionar as apólices de garantia de execução contratual. Em 19 de dezembro de 2018 foi proferida decisão pela Justiça Federal da 1ª Região deferindo a medida liminar, que teve seus efeitos suspensos com a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região do dia 24 de setembro de 2019.

Ação de Obrigação de Fazer:

Em 14 de agosto de 2019 Viracopos ingressou com ação judicial visando, entre outras medidas, o cumprimento pela ANAC de obrigações contratuais que lhe incumbiam, relacionadas a não entrega das áreas previstas no Plano de Exploração Aeroportuária (“PEA”). Nesta ação foi requerida tutela de urgência limitando o pagamento das outorgas fixas vencidas e não pagas e das outorgas fixas vincendas aos valores que seriam devidos desconsiderando o ágio do leilão de 159,75%, o que foi deferido em 1º de outubro de 2019 pela 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Em 22 de novembro de 2019 foi concedido efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pela ANAC para restabelecer o valor das outorgas.

Com o cenário atual do Aeroporto de Viracopos, em que o Plano de Recuperação Judicial prevê a Relicitação e a limitação de perdas (*stop loss*), não há neste momento expectativa de desembolso da Triunfo para honrar quaisquer compromissos da concessionária ou das demais empresas (Aeroportos Brasil ou VESA). Somado isto ao fato de que o investimento na controlada em conjunto já foi integralmente baixado para perda no exercício de 2017, conforme mencionado acima, não há impactos a serem apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

1.1. Resumo dos eventos relevantes ocorridos em 2019

i) Denúncia Ministério Público Federal (MPF)

A Triunfo e suas controladas Econorte e Rio Tibagi tomaram conhecimento por meio da imprensa, que o Ministério Público Federal, no âmbito da Força Tarefa, ofereceu no dia 28 de janeiro de 2019 uma denúncia perante a 23ª Vara Federal do Paraná contra executivos e ex-executivos da Triunfo e da Econorte. A Companhia e suas subsidiárias não são parte da referida denúncia.

ii) Rebaixamento Rating 3ª Emissão de Debêntures - Econorte

Em 19 de fevereiro de 2019, foi alterada a classificação da nota da Econorte de BBB-(bra) para CCC(bra) nos termos do novo relatório de revisão extraordinária do Rating realizada pela Fitch Ratings Brasil Ltda. Por se tratar de hipótese de vencimento antecipado não automático, foram convocadas Assembleias Gerais de Debenturistas (“AGD”), para deliberação pela sua não declaração, dentre outros temas. Em 31 de dezembro de 2019 o rating nacional de longo prazo da 3ª emissão de debentures da Econorte encontra-se classificado em C(bra). Para informações adicionais, vide nota explicativa nº 16.

iii) Decisão judicial - Econorte

Em 28 de fevereiro de 2019, o Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça suspendeu os efeitos da decisão da 1ª Vara de Curitiba referente à Ação Civil Pública (ACP) nº 5010042-54.2018.4.04.7013/PR. Como consequência da integral suspensão da decisão, ficou restabelecida a cobrança da tarifa na praça de pedágio de Jacarezinho, bem como foi suspensa a redução das tarifas em 26,75% nas demais praças da Econorte.

No entanto, em 01 de março de 2019 foi proferida pela 1ª Vara Federal de Jacarezinho em relação ao Pedido Incidental de Tutela Inibitória proposto pelo Ministério Público Federal, foi determinado que a Econorte não retomasse a cobrança de tarifa na praça de pedágio de Jacarezinho. A redução das tarifas em 26,75% nas demais praças da Econorte permanece suspensa. Dessa forma, no dia 02 de março de 2019 a Econorte voltou a cobrar os valores vigentes antes da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal.

Em 24 de maio de 2019, a 1ª Vara Federal de Curitiba nos autos da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal, dentre outras determinações, estabeleceu que

enquanto permanecer fechada a praça de Jacarezinho, a concessionária pode abrir a praça Cambará/Andirá e tarifar o pedágio. Desta forma, foi realizada a reabertura da praça de pedágio de Cambará, bem como o início da cobrança da tarifa de pedágio a partir do dia 1º de junho de 2019.

No dia 05 de julho de 2019 a Econorte foi intimada judicialmente quanto à decisão liminar. Em cumprimento à referida decisão, a redução de 25,77% nas tarifas de pedágio das três praças da Econorte foi aplicada desde o dia 6 de julho de 2019.

Em 1º de agosto de 2019 foi revogada pela 1º Vara Federal de Curitiba decisão liminar de julho de 2019, e julgada extinta a ACP de Improbidade administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. A decisão reverte: (i) a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças; a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi. Em cumprimento à referida decisão, as tarifas de pedágio das praças da Econorte foram reestabelecidas em 2 de agosto de 2019.

Em 09 de agosto de 2019 foi proferida decisão pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal em pedido de Suspensão de Liminar e Sentença que, dentre outras determinações, autorizou a reabertura da praça de pedágio de Jacarezinho. A reabertura da praça de Jacarezinho aconteceu no dia 11 de agosto de 2019.

Em 21 de janeiro de 2020 a Companhia e suas subsidiárias Econorte e Rio Tibagi tomaram conhecimento de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, estabelecendo nova redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças da Econorte e a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi.

Em 05 de fevereiro de 2020, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu parcialmente a decisão liminar acima, revertendo a redução das tarifas de pedágio, sendo restabelecida a tarifa nas praças de pedágio a partir de 06 de fevereiro de 2020.

iv) Bloqueio de contas – Triunfo, Econorte e Rio Tibagi

Em 21 de março de 2019, em decisão proferida pela 23ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, no âmbito da Operação Integração, foi determinado o bloqueio de contas da Companhia e das controladas Econorte e Rio Tibagi. Vide informações adicionais na nota explicativa nº 9.

v) Mandado de busca e apreensão – Concebra e CTVias

Em 11 de abril de 2019 a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão em suas controladas Concebra e CTVias, no âmbito da operação chamada Infinita Highway. A ordem judicial foi emanada da 11ª Vara Federal de Goiás, com base em denúncia realizada à Polícia Federal, a fim de apurar supostas fraudes em emissão de relatórios sobre as condições da rodovia, visando burlar a fiscalização, aumentar a tarifa de pedágio e obter financiamento junto ao BNDES. Foram cumpridos ainda mandados de busca e apreensão nas Concessionárias ECO 101 e ViaBahia, bem como, na ANTT e nas residências do Diretor Geral e do Superintendente de Fiscalização da ANTT.

Até a data de divulgação dessas Demonstrações Financeiras, inexistem novas informações sobre o andamento das investigações.

vi) Encerramento Comitê Independente – Triunfo

Em 29 de abril de 2019 o Comitê Independente, constituído para coordenar as providências para instauração de investigação após os Mandados de Busca e Apreensão realizados na Companhia e algumas de suas controladas, no âmbito da Operação Integração, concluiu seus trabalhos e foi encerrado. Vide maiores informações no item 1.2 desta nota explicativa.

vii) Decisão judicial – Concebra

Em 11 de junho de 2019, em decisão liminar proferida pela 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, foi determinado que a ANTT se abstenha de aplicar penalidades contratuais na Concebra, incluindo a caducidade, bem como fique impedida de exigir investimentos questionados nos pleitos de reequilíbrio/revisionais já ofertados, de impor novas obrigações de investimento e de promover redução tarifária, até a resolução do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, através de pronunciamento do tribunal arbitral ou solução da ANTT.

Em 30 de julho de 2019 a decisão foi ratificada pela 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, tornando os efeitos da decisão liminar estáveis.

viii) Reajuste da tarifa de pedágio – Econorte

Em 26 de julho de 2019 foi homologado o reajuste anual da tarifa básica de pedágio equivalente a 7,8% nas praças de Jataizinho e Sertaneja da Econorte, que representa a variação da inflação do período de 12 meses encerrado em novembro de 2018.

Em 9 de dezembro de 2019 foi homologado novo reajuste anual da tarifa básica de pedágio em 3,36%, equivalente à variação da inflação dos últimos 12 meses.

ix) Alienação Tijoá e CSE

No dia 1º de agosto de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda de ações junto a uma afiliada do *BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds*, tendo por objetivo alienar 100% da participação da Companhia, direta e indireta, nas companhias Juno Participações e Investimentos S.A., Tijoá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A.

O valor da transação é de R\$169,5 milhões, que estará sujeito aos ajustes usuais neste tipo de operação, além de potencial *earn-out*, com valor a ser determinado de acordo com o atingimento de eventos. A Companhia ressalta que a operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo órgãos reguladores, conforme aplicável.

x) Decisão judicial – Concer

Em 05 de setembro de 2019 o Juízo da 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal deferiu tutela de urgência requerida pela Concer, com relação ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Dessa forma, a ANTT fica impedida de alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão, abstando-se de reduzir a tarifa de pedágio, bem como de impor penalidades administrativas e contratuais atreladas às obrigações de investimento.

xi) Empréstimo-ponte – Concebra

Em 23 de dezembro de 2019 foi assinado um acordo junto ao BNDES repactuando as condições vigentes no empréstimo-ponte aprovado para a Concebra em junho de 2014. O novo formato do financiamento contempla, dentre outros fatores, o perdão dos encargos moratórios por meio de um bônus de adimplemento. A repactuação prevê a destinação de 27% do faturamento da concessionária, em condições de normalidade, arrecadado mensalmente, para pagamento do serviço da dívida, além de alterar o indexador de TJLP+2% a.a. para TLP +2%a.a.. Vide informações adicionais na nota explicativa nº 15.

xii) Decisão judicial – Viracopos

Em 24 de setembro de 2019 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de suspensão de liminar e sentença requerido pela ANAC, por meio do qual foram suspensos os efeitos de liminar anteriormente concedida à Viracopos que impedia a aplicação de penalidades, incluindo a pena de caducidade e a execução da garantia de execução contratual, em razão de supostos inadimplementos de obrigações financeiras.

No dia 1º de outubro de 2019, em decisão proferida pela 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, foi parcialmente deferida medida de urgência requerida pela controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., por meio de ação ajuizada em 14 de agosto de 2019 visando, entre outras medidas, o cumprimento pela ANAC de obrigações contratuais que lhe incumbiam, relacionadas a não entrega das áreas previstas no Plano de Exploração Aeroportuária (“PEA”).

A decisão judicial limita o pagamento das outorgas fixas vencidas e não pagas e das outorgas fixas vincendas aos valores que seriam devidos desconsiderando o ágio de 159,75% pago sobre o preço mínimo do leilão realizado em 2012, assegurando que os valores já pagos por Viracopos até esta data sejam considerados nas outorgas não pagas.

Em 22 de novembro de 2019 foi concedido efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pela ANAC para restabelecer o valor das outorgas.

Em 23 de janeiro de 2020 foi proferida decisão pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça suspendendo o processo de caducidade e as multas administrativas impostas pela ANAC em relação à controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

xiii) Planos de Recuperação Extrajudicial (PRE's)

Em 03 de dezembro de 2019, a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento aos recursos de apelação do BNDES e Infrabrasil, reformando-se a sentença de primeira instância do dia 09 de fevereiro de 2018, concedida pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, que havia homologado os Planos de Recuperação Extrajudicial (PRE's).

Em 22 de janeiro de 2020 foi publicado o acordão com os votos dos julgadores do recurso e, a partir de 23 de janeiro de 2020 os PRE's da Companhia e outras, bem como da Concer, encontram-se suspensos, com os créditos abrangidos retornando às condições precedentes. Adicionalmente, a decisão estabelece que os credores contemplados no Leilão Reverso realizado em 20 de março de 2018 deverão depositar judicialmente os valores recebidos.

A Companhia vem adotando todas as medidas judiciais cabíveis, assim como estão sendo conduzidas, em paralelo, as renegociações com os credores. Vide nota explicativa nº 15.

1.2. Investigações envolvendo a Companhia e suas controladas

No dia 22 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de suas subsidiárias Econorte e Rio Tibagi. A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, por meio da 48ª fase da Lava Jato, denominada Operação Integração.

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação dos eventos reportados quanto ao mandado de busca e apreensão. O Comitê Independente contratou o escritório Maeda, Ayres & Sarubbi Advogados para iniciar os trabalhos de investigação. O Comitê foi composto por dois Conselheiros Independentes da Companhia e por um terceiro membro independente, sem função na Companhia, o Sr. Durval José Soledade Santos, advogado com ampla experiência no mercado de capitais, tendo atuado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e comitês de diversas companhias de capital aberto.

No dia 26 de setembro de 2018, a Polícia Federal cumpriu novo mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de sua subsidiária Econorte. A ordem judicial teve origem na 23ª Vara Federal de Curitiba, sendo denominada como Operação Integração II, em continuidade à investigação iniciada em 22 de fevereiro de 2018.

O novo mandado de busca e apreensão teve como fundamento suspeita de fatos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas rodovias federais concedidas pelo Estado do Paraná, incluindo a controlada Econorte.

As investigações estão apoiadas em acordos de colaboração premiada firmados com o MPF pelos réus Nelson Leal Junior (Ex-Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná - DER/PR) e Hélio Ogama (ex-presidente da Econorte), detidos na primeira fase da Operação Integração, bem como por Hugo Ono, ex-*Controller* da Econorte.

Em 28 de janeiro de 2019 o Ministério Público Federal ofereceu denúncia perante a 23ª Vara Federal de Curitiba contra executivos e ex-executivos da Companhia e da Econorte.

Em 21 de março de 2019 a Companhia e suas controladas Econorte e Rio Tibagi tomaram conhecimento de decisão proferida pela 23ª Vara Federal de Curitiba, nos autos da Ação Penal nº 5008581-52.2019.4.04.7000, em que foi determinada medida assecuratória de arresto e sequestro de bens, a pedido do Ministério Público Federal, no âmbito das Operações Integração I e II.

Em 29 de abril de 2019, os trabalhos do Comitê Independente foram concluídos e seus resultados apresentados ao Conselho de Administração. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos com relação à existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal. No entanto, o Conselho de Administração analisará a implantação de recomendações do Comitê Independente, visando o aperfeiçoamento da estrutura de governança e de práticas anticorrupção. O Comitê Independente concluiu seus trabalhos e foi encerrado.

Em 10 de setembro de 2019 a Econorte, em conjunto à Triunfo e à Rio Tibagi, foi notificada acerca da instauração de Processo Administrativo de Responsabilização ("PAR") conduzido pela Controladoria Geral do Estado do Paraná, visando apurar a prática de eventuais atos lesivos contra a Administração Pública. A Econorte apresentou defesa e não há qualquer decisão no bojo do referido PAR.

A Companhia tem atendido a todas as informações solicitadas pelas autoridades competentes.

1.3. Ações da Companhia para continuidade operacional

Em decorrência da deterioração das condições macroeconômicas, cenário político instável e execuções de credores, a Triunfo implementou ações para a melhoria de sua estrutura financeira, atualmente compostas por duas principais frentes:

- **Alienação de ativos:**
No início de 2017 a Companhia anunciou ao mercado a intenção de alienação dos ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE (vide nota explicativa nº 11). O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil, anteriormente destinado à venda, foi baixado para perda, conforme nota explicativa nº 1, item v), o ativo Portonave foi alienado em 26 de outubro de 2017, e em 1º de agosto de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda dos ativos Tijoá e CSE.
- **Renegociação das dívidas financeiras:**
A Companhia e suas controladas têm sua estrutura de endividamento permanentemente revisada e mantém as renegociações com seus credores sempre que necessário. Em 2017 foram firmados acordos importantes com os credores financeiros, principalmente a elaboração de Planos de Recuperação Extrajudicial, que são um instrumento legal e permite a uma sociedade renegociar com seus credores as condições de pagamento de suas dívidas de natureza privada, com exceção de créditos trabalhistas. Os Planos foram homologados em fevereiro de 2018, porém encontram-se suspensos por decisão em 2ª instância de fevereiro de 2020. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 15.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas para alienação de ativos, junto aos Planos de RE e renegociações com credores, são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

2. Base de preparação, consolidação e principais políticas contábeis.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 11 de março de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Em conformidade com a Orientação do CPC sobre Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral (OCPC 07), a Administração da Companhia informa que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

2.2. Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Bases de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as Demonstrações Financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela Controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

- **Controladas**

Companhias	31/12/2019		31/12/2018	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,00	-	100,00	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	100,00	-	100,00	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,00	-	100,00	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	100,00	-	100,00	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	81,84	-	74,87	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	82,00	-	62,50	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Convale")	100,00	-	100,00	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,00	-	100,00	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (i)	100,00	-	100,00	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("BR Vias Holding TBR") (i) (ii)	-	100,00	-	100,00
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (ii)	-	100,00	-	100,00
Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária ("CTVias")	100,00	-	100,00	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log") (iii)	100,00	-	100,00	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	-	100,00	-	100,00
Rio Claro Energia Ltda ("Rio Claro")	100,00	-	100,00	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	100,00	-	100,00	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	100,00	-	100,00	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	100,00	-	100,00	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	100,00	-	100,00	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	100,00	-	100,00	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	64,00	-	64,00	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,00	-	100,00	-
TPL – Terminal Portuário Logístico S.A. ("TPL") (iv)	100,00	-	100,00	-
Vênus Participações e Investimentos S.A. ("Vênus")	100,00	-	100,00	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	100,00	-	100,00	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,00	-	100,00	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,00	-	100,00	-

(i) A Dable detém 100,00% de participação na BR Vias Holding TBR.

(ii) A BR Vias Holding TBR detém 100,00% de participação na controlada Transbrasiliana.

(iii) A TPI-Log detém 100,00% de participação na TPB.

(iv) A TPL é a nova razão social da controlada Santa Cruz Participações e Investimentos S.A.

- **Controladas em conjunto**

Companhias	31/12/2019		31/12/2018	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Aeroportos Brasil S.A. Em Recuperação Judicial (“Aeroportos Brasil”) (i)	48,12	-	48,12	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. Em Recuperação Judicial (“Viracopos”) (i)	-	24,54	-	24,54
Viracopos Estacionamentos S.A. Em Recuperação Judicial (“VESA”) (i)	-	24,54	-	24,54
Tijóá Participações e Investimentos S.A. (“Tijóá”) (ii)	-	50,10	-	50,10
Centro de Soluções Estratégicas S.A. (“CSE”) (ii)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) (iii)	52,50	-	52,50	-

- (i) A Aeroportos Brasil detém 51% de participação em Viracopos e Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.
- (ii) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.
- (iii) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.5. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

As políticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia e de suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas a cada item divulgado nestas demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas fazem o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Aprimoramento de prática contábil – Amortização do Intangível em construção

A Administração avalia constantemente aspectos operacionais e regulatórios de suas controladas considerando variáveis como o período de concessão remanescente, obras e investimentos executados e a executar, revisões tarifárias, evolução das discussões e ações junto ao poder concedente e outras entidades. Além disso, no exercício de 2019, em função de novos levantamentos e melhoria de controles, informações anteriormente não disponíveis permitiram realizar a reclassificação de valores de “intangível em construção” para “intangível”. Como resultado da avaliação desse conjunto de informações, a Administração identificou ser necessário aprimorar o critério adotado para a amortização referente aos ativos intangíveis em construção relacionados ao Plano de Exploração da Rodovia (“PER”), concluindo pela necessidade de alteração do período de início de amortização de parte destes ativos.

O aprimoramento consiste basicamente em iniciar a amortização de tais investimentos no momento de sua realização, uma vez que parte dos investimentos já estão reconhecidos na tarifa homologada pelo Poder Concedente, e não mais quando o ativo está disponível para uso, na conclusão das obras. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 14.

2.6. Normas, alterações e interpretações

Adoção de novos pronunciamentos e interpretações contábeis

- CPC 06 (R2 - Arrendamentos)

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor estão isentos destas divulgações.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais, bem como a substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia destaca abaixo os efeitos da aplicação do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16).

	Controladora	Consolidado
Ativos		
Ativos de direito de uso	-	21.293
Passivos		
Passivo de arrendamento	-	(21.293)

A Companhia aplicou a IFRS 16 inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Na adoção inicial, a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2):

- Não registrou os contratos que na data da aplicação inicial se encerrará dentro de 12 meses;
- Não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial. A Companhia aplicou a norma a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento;
- Não registrou os contratos de baixo valor;
- Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Não foram identificadas novas normas e alterações emitidas e que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019 que possam apresentar impactos nas Demonstrações Financeiras dos períodos subsequentes.

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018, reapresentado:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente Divulgado	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)	Originalmente Divulgado	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)
Ativo Circulante	55.160	-	55.160	282.321	-	282.321
Créditos tributários diferidos	-	-	-	173.822	37.135	210.957
Investimentos em coligadas e controladas	910.456	9.844	920.300	-	-	-
Intangível	1.657	-	1.657	2.291.857	24.354	2.316.211
Outros ativos não circulantes	442.951	-	442.951	1.173.004	-	1.173.004
Total do ativo	1.410.224	9.844	1.420.068	3.921.004	61.489	3.982.493

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente Divulgado	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)	Originalmente Divulgado	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)
Passivo circulante	163.125	-	163.125	1.767.393	-	1.767.393
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	181.609	51.645	233.254
Outros ativos não circulantes	362.980	-	362.980	1.003.937	-	1.003.937
Total do patrimônio líquido	884.119	9.844	893.963	968.065	9.844	977.909
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.410.224	9.844	1.420.068	3.921.004	61.489	3.982.493

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reapresentada:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente Divulgado	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)	Originalmente Divulgado	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro bruto	-	-	-	357.790	(3.930)	353.860
Receitas (Despesas) operacionais						
Resultado de equivalência patrimonial	(310.662)	(3.493)	(314.155)	-	-	-
Amortização do intangível	(37)	-	(37)	(6.210)	927	(5.283)
Despesas gerais e administrativas	(23.190)	-	(23.190)	(98.498)	(93)	(98.591)
Despesas operacionais	(54.273)	-	(54.273)	(340.518)	-	(340.518)
	(388.162)	(3.493)	(391.655)	(445.226)	(3.096)	(444.392)
Resultado financeiro	4.682	-	4.682	(347.923)	-	(347.923)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(383.480)	(3.493)	(386.973)	(435.359)	(3.096)	(438.455)
Imposto de renda e contribuição social	1.736	-	1.736	35.238	(397)	34.841
Prejuízo líquido das operações em continuidade	(381.744)	(3.493)	(385.237)	(400.121)	(3.493)	(403.614)
Lucro de operações descontinuadas	17.226	-	17.226	17.226	-	17.226
Prejuízo líquido do exercício	(364.518)	(3.493)	(368.011)	(382.895)	(3.493)	(386.388)
Atribuição aos:						
Acionistas controladores	(364.518)	(3.493)	(368.011)	(364.518)	(3.493)	(368.011)
Acionistas não controladores	-	-	-	(18.377)	-	(18.377)

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reapresentada:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)	Originalmente divulgado	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(364.518)	(3.493)	(368.011)	(364.518)	(3.493)	(368.011)
Ajustes para conciliar o resultado:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.736)	-	(1.736)	(58.638)	397	(58.241)
Resultado de equivalência patrimonial	310.662	3.493	314.155	-	-	-
Amortização do Intangível	-	-	-	274.206	3.096	277.302
Outros ajustes de conciliação de resultado	35.448	-	35.448	558.399	-	558.399
Variações nos ativos e passivos	(47.120)	-	(47.120)	(51.488)	-	(51.488)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(67.264)	-	(67.264)	357.961	-	357.961
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.218)	-	(17.218)	(42.613)	-	(42.613)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	80.745	-	80.745	(571.916)	-	(571.916)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(3.737)	-	(3.737)	(256.568)	-	(256.568)
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício	3.782	-	3.782	376.131	-	376.131
No fim do exercício	45	-	45	119.563	-	119.563
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(3.737)	-	(3.737)	(256.568)	-	(256.568)

Demonstração dos valores adicionados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reapresentada:

	Controladora			Consolidado		
	Originalment e divulgado	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)	Originalmente divulgado	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas	37.971	-	37.971	1.318.045	-	1.318.045
Insumos adquiridos de terceiros	(39.360)	-	(39.360)	(767.770)	(93)	(767.863)
Valor adicionado bruto	(1.389)	-	(1.389)	550.275	(93)	550.182
Retenções	(4.332)	-	(4.332)	(280.694)	(3.003)	(283.697)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(5.721)	-	(5.721)	269.581	(3.096)	266.485
Valor adicionado líquido recebido em transferência	(281.891)	(3.493)	(285.384)	36.403	-	36.403
Valor adicionado total a distribuir	(287.612)	(3.493)	(291.105)	305.984	(3.096)	302.888
Distribuição do valor adicionado	(287.612)	(3.493)	(291.105)	305.984	(3.096)	302.888
Pessoal e encargos	20.484	-	20.484	164.516	-	164.516
Impostos, taxas e contribuições	3.731	-	3.731	66.308	397	66.705
Remuneração do capital de terceiros	22.889	-	22.889	387.049	-	387.049
Remuneração do poder concedente	-	-	-	41.204	-	41.204
Lucros de operações descontinuadas	(17.226)	-	(17.226)	(17.226)	-	(17.226)
Prejuízos retidos do exercício	(317.490)	(3.493)	(320.983)	(317.490)	(3.493)	(320.983)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(18.377)	-	(18.377)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Disponibilidades	84	33	8.045	23.704
Aplicações financeiras	-	12	93.628	95.859
	84	45	101.673	119.563

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente a recursos aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

4. Caixa restrito

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Caixa restrito - Concer	4.901	1.864
	4.901	1.864

Em 21 de julho de 2017, a Concer assinou Acordo de Condição Resolutiva junto aos Debenturistas e titulares de Notas Promissórias para definir os termos de quitação dos títulos vencidos. Em 16 de agosto de 2017 foi assinado o 1º Aditivo ao Acordo de Credores Seniores, sendo alterada a operacionalização do pagamento, por meio de retenção parcial de recursos em conta vinculada, até os limites de cada parcela de amortização. O Acordo prevê a liquidação destes títulos mediante o pagamento de 43 parcelas mensais por meio do sistema SAC (Sistema de Amortização Constante), com início de 2017 a abril de 2021, mediante o bloqueio de recursos necessários para o pagamento de principal e juros.

São bloqueados apenas os valores necessários para pagamento de principal e juros da dívida dos respectivos meses, permanecendo retidos estes valores até o dia útil anterior a cada data de pagamento, e liberados os valores excedentes.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Transbrasiliana	8.394	8.458
Econorte	-	17.661
	8.394	26.119
Parcela do circulante	8.394	26.084
Parcela do não circulante	-	35

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES (vide nota explicativa nº 15).

A controlada Econorte deve constituir reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures (vide nota explicativa nº 16). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário e atualmente sua constituição está suspensa por deliberação dos debenturistas.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	46.465	40.475
Uso da faixa de domínio	-	-	9.829	9.454
Outras contas a receber	-	1.168	13.749	15.086
	-	1.168	70.043	65.015
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (i)	-	-	(18.334)	(18.334)
	-	1.168	51.709	46.681
Parcela do circulante	-	1.168	50.969	46.014
Parcela do não circulante	-	-	740	667

- (i) A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa refere-se a saldos de contas a receber das controladas Concer e Transbrasiliana relativos a uso de faixa de domínio (R\$5.216), e à venda de licença ambiental obtida pela Concepa ao poder concedente classificada em Outras contas a receber (R\$13.118), que encontram-se vencidos há mais de 90 dias.

A seguir, o saldo das contas a receber consolidado por vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
A vencer e vencidos até 90 dias	51.709	46.681
Vencidos há mais de 90 dias	18.334	18.334
	70.043	65.015

A movimentação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Saldo no início do exercício	(18.334)	(26.231)
Adições	-	(811)
Baixas	-	8.708
Saldo no final do exercício	(18.334)	(18.334)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A perda estimada constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

7. Contas a receber – contratos de concessão

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Contas a receber de aditivos - Concepa	20.164	20.164
	20.164	20.164

A controlada Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da ANTT para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra, concluída em novembro de 2015, previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo recomposto a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164. O aditivo previa que, caso não houvesse a liquidação financeira, o saldo restante a receber poderia ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

As operações da Concepa se encerraram em 03 de julho de 2018 (vide nota explicativa nº 1, item i). A concessionária mantém as tratativas que buscam o reequilíbrio financeiro de investimentos realizados ao longo do período administrado e ainda não remunerados, incluindo o saldo do 13º termo aditivo.

8. Impostos de renda e contribuição social

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

É requerido julgamento significativo da Administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

A Interpretação ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

Na avaliação da Administração da Companhia, não há impacto em decorrência da adoção desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
<u>Prejuízo fiscal e base negativa</u> (i)	150.366	107.447
Diferenças temporárias:		
Provisão para manutenção	77.805	59.747
Provisão para demandas judiciais e administrativas	23.985	17.371
Amortização de ágio	120	120
Perdão de encargos moratórios	35.583	-
Outras provisões temporárias	2.982	3.074
	140.475	80.312
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	21.975	23.198
	312.816	210.957

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$60.334), Concebra (R\$79.179) e Transbrasiliana (R\$10.853).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos decorrentes da provisão para manutenção é de até 5 anos.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2020	19.610
2021	13.897
2022	22.602
2023	26.640
2024	24.891
2025	22.319
Após 2025	20.407
	150.366

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Reserva de reavaliação	10.336	30.066
Receita de construção – Aditivos	119.396	118.848
Custos financeiros capitalizados	38.267	39.706
Estorno de amortizações – ICPC 01	47.320	44.634
	215.319	233.254

c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
	Triunfo	85.399
	85.399	58.229

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

Em 2017, a Companhia cedeu créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para suas controladas, com a finalidade de utilização nos programas de parcelamento da Receita Federal, o Programa de Regularização Tributária (PRT), estabelecido pela Medida Provisória 766/17 e o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), criado pela Medida Provisória 783/17, que foi convertida na Lei 13.496/2017. Foi utilizado o montante de R\$ 575.751 do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (créditos de R\$195.756) nos programas de parcelamento citados acima consolidados em dezembro de 2018.

d) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

31/12/2019

	Controladora	Controladas Lucro Real	Outras controladas	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(222.664)	(283.710)	(85.695)	235.347	(356.722)
À alíquota fiscal vigente (34%)	75.706	96.462	29.136	(80.018)	121.286
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(64.826)	-	-	-	(64.826)
Valor amortização base <i>impairment</i> , líquidas	-	26.167	-	-	26.167
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(628)	1.921	-	-	1.293
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(44)	-	-	(44)
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	-	8.177	-	-	8.177
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(10.252)	(21.349)	-	-	(31.601)
Diferença da base de cálculo para empresas tributadas no lucro presumido	-	-	(29.202)	78.998	49.796
IRPJ e CSLL correntes	-	(3.848)	(66)	-	(3.914)
IRPJ e CSLL diferidos	-	115.182	-	(1.020)	114.162
Total de IRPJ e CSLL	-	111.334	(66)	(1.020)	110.248

Alíquota efetiva (i) 39% 31%

- (i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida principalmente devido à exclusão da base de cálculo dos efeitos de amortização do intangível objeto de ajuste de *impairment*, adicionado à base de cálculo em 2018 (na Econorte), e à não constituição de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal em razão da incerteza do lucro tributável esperado para os próximos anos na controlada Econorte. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

31/12/2018
(reapresentado)

	Controladora	Controladas Lucro Real	Outras controladas	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(386.973)	(313.069)	(104.272)	365.859	(438.455)
À alíquota fiscal vigente (34%)	131.571	106.444	35.452	(124.392)	149.075
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(106.813)	-	-	-	(106.813)
Provisão para perdas com desvalorização dos ativos	-	(63.234)	-	-	(63.234)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	20.055	1.175	-	-	21.230
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(41)	-	-	(41)
Parcela isenta do IRPJ	-	474	-	-	474
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(43.077)	(10.273)	-	-	(53.350)
Outros ajustes (controladas lucro presumido e eliminações)	-	-	(35.702)	123.202	87.500
IRPJ e CSLL correntes	-	(23.150)	(250)	-	(23.400)
IRPJ e CSLL diferidos	1.736	57.695	-	(1.190)	58.241
Total de IRPJ e CSLL	1.736	34.545	(250)	(1.190)	34.841

Alíquota efetiva (i) 11% 8%

- (i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida devido ao ajuste do valor dos autos de infração da Concepa, decorrente de decisão da Receita Federal, bem como do registro de *Impairment* na controlada Econorte, ambos contabilizados no resultado do exercício, porém sem impactos fiscais na apuração do IRPJ e da CSLL. Desconsiderando estes efeitos, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 33%.

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima.

9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Credores – Leilão Reverso (i)	11.327	10.914	11.327	10.914
Bloqueios judiciais (ii)	4.063	-	9.850	-
Outros depósitos judiciais (iii)	99	100	6.586	11.971
	15.489	11.014	27.763	22.885

- (i) Depósitos judiciais realizados em favor dos credores dos fundos FLA *Investors*, contemplados no Leilão Reverso do Plano de RE da Triunfo (vide nota explicativa nº 15).
- (ii) Bloqueios judiciais ocorridos em março de 2019 provenientes da Ação Penal nº 5008581-52.2019.4.04.7000, em que foi determinada medida assecuratória de arresto e sequestro de bens, a pedido do Ministério Público Federal, no âmbito das Operações Integração I e II.
- (iii) Depósitos e bloqueios judiciais diversos relacionados a processos de natureza cível, tributária e trabalhista.

10. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia.

Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	1	-	-
Tijoa	-	-	-	16.533	-	-
CSE	-	-	-	652	-	-
Juno	-	-	-	2.158	-	-
Rio Guaíba	238	-	-	-	-	-
Outros:						
Vênus	-	14.282	-	-	14.282	-
Concebra	-	2	-	-	-	-
Concer (i)	15.136	-	-	2.982	-	-
Total do circulante	15.375	14.284	-	22.326	14.282	-
Mútuos/ Operações financeiras:						
Concepa (ii)	-	-	-	-	-	131
Rio Claro (iii)	54.940	-	2.674	78.183	-	12.034
Concer (iv)	6.973	-	685	6.063	-	920
Outros:						
Econorte	15.810	-	3.160	12.729	-	7.747
Rio Tibagi	1.753	-	-	1.752	-	-
Rio Guaíba	-	-	-	982	-	513
Concepa (v)	-	-	-	169.358	-	2.369
Concer (v)	43.623	-	7.191	37.872	-	6.751
Concer (i)	26.967	-	1.944	36.598	-	1.056
Concebra (v)	17.510	-	3.868	37.640	-	5.381
Transbrasiliana (v)	28.667	-	1.264	27.106	-	1.780
Vênus	8.659	-	-	8.659	-	-
Aeroportos Brasil (i)	31.317	-	-	31.317	-	-
(-) PCLD (i)	(31.317)	-	-	(31.317)	-	-
Outros	709	-	62	646	-	-
Total do não circulante	205.611	-	20.848	417.588	-	38.682

- (i) Contas a receber da controlada Concer e da controlada em conjunto Aeroportos Brasil referente a sub-rogação da Triunfo na posição dos credores contemplados no Leilão Reverso (vide nota explicativa nº 15). A Companhia registrou uma provisão para crédito de liquidação duvidosa para os saldos a receber da controlada em conjunto Aeroportos Brasil, devido ao cenário de Recuperação Judicial da investida (vide nota explicativa nº 1, item v).
- (ii) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período, liquidado em junho de 2018.
- (iii) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (iv) Mútuo referente a captações da Concer com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 7% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (v) Contas a receber das controladas que incluem, além de reembolsos de despesas, créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Triunfo, cedidos às controladas para fins de abatimento de débitos tributários nos programas de parcelamentos (PRT e PERT) (vide nota explicativa nº 8, item c).

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Tijoa	-	-	-	16.532	-	-
CSE	-	-	-	652	-	-
Concer	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	23.837	-	-	26.745	-
CTSA (Econorte)	-	872	-	-	4.306	-
CTSA (CTVias)	-	1.055	-	-	-	-
CTSA (Transbrasiliana)	-	3.135	-	-	4.842	-
Outros:						
Sócios minoritários - Concer	-	461	-	-	3.016	-
Outros	-	899	-	-	2.073	-
Total do circulante	-	30.259	-	17.184	40.982	-
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	145	-	-	145	-	-
CTSA (Econorte)	617	-	-	3.479	-	-
CTSA (Concebra) (ii)	45.946	-	-	-	-	-
Outros:						
Aeroportos Brasil S.A. (iii)	31.317	-	-	31.317	-	-
(-) PCLD (iii)	(31.317)	-	-	(31.317)	-	-
Outros	1.472	-	-	1.235	-	-
Total do não circulante	48.180			4.859	-	-
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Concebra) (ii)	-	-	-	48.707	-	-
Total de imobilizado/intangível	-	-	-	48.707	-	-
Total	48.180	30.259	-	70.750	40.982	-

- (i) A Concer contratou a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através de consórcios construtores nos quais está participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias. Os preços e as quantidades das obras realizadas nas rodovias estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão e são fiscalizados pelo poder concedente.
- (ii) Referem-se a adiantamentos realizados pela Concebra à CTSA para execução de obras previstas no PER (Programa de Exploração de Rodovias), bem como para serviços de recuperação e manutenção das rodovias. Devido à paralisação temporária das obras, o saldo deste contrato foi reclassificado do Intangível em construção para a rubrica de Adiantamentos com partes relacionadas.
- (iii) Contas a receber referente a sub-rogação da Triunfo na posição dos credores contemplados no Leilão Reverso (vide nota explicativa nº 15). A Companhia registrou uma provisão para crédito de liquidação duvidosa para os saldos a receber da controlada em conjunto Aeroportos Brasil, devido ao cenário de Recuperação Judicial da investida (vide nota explicativa nº 1, item v).

11. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Ativo mantido para venda

Com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia implementou ações para a alienação de ativos, objetivando gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento. Dentre os investimentos que detêm participação, a Companhia destacou os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, os quais foram destinados à venda.

Desta forma, desde 31 de dezembro de 2016 a Companhia reclassificou seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica “Participações a comercializar” no ativo circulante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. Conforme o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), os ativos estão registrados pelo valor contábil dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo.

O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi baixado para perda, conforme nota explicativa nº 1, item v) e o ativo Portonave foi alienado em 2017. Desta forma, em 31 de dezembro de 2019 apenas os investimentos em Tijoá e CSE permanecem destinados à venda.

Em 1º de agosto de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda de ações junto a uma afiliada do *BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds* tendo por objetivo alienar 100% da participação da Companhia, direta e indireta, nas companhias Juno, Tijoá e CSE. A Juno é subsidiária integral da Triunfo e detém 50,1% de participação nas companhias Tijoá e CSE. A partir de 1º de agosto de 2019, o saldo do investimento na controlada Juno, anteriormente demonstrado na rubrica de Investimentos, também passou a ser apresentado como investimento destinado a venda.

a) Composição dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas

	Controladora e consolidado					Saldos em	Saldos em
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outros	Saldos em 31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	
Tijoá	31.178	50,10%	15.620	6.453	22.073	17.018	
CSE	6.364	50,10%	3.189	-	3.189	2.581	
Juno	25.261	100,00%	25.261	(25.261)	-	-	
Participações a comercializar	62.803	-	44.070	(18.808)	25.262	19.599	

Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado do exercício da controlada e do consolidado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

Investimento	Resultado de operações descontinuadas (Controladora e consolidado)	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Tijoá	29.433	16.727
CSE	606	499
Juno	-	-
Total	30.039	17.226

b) Principais saldos dos investimentos destinados à venda

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Tijoá	38.779	44.522	22.271	29.852	31.178	58.748
CSE	9.916	406	3.958	-	6.364	1.210
Juno	25.261	-	-	-	25.261	30.039

12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes 31/12/2019	Investimentos permanentes 31/12/2018 (reapresentado)
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Rio Tibagi	2.814	100,00%	2.814	-	2.814	3.107
Concebra	209.249	100,00%	209.249	-	209.249	297.013
Concer (i)	194.857	81,84%	159.471	(9.627)	149.844	238.032
Rio Bonito	11.118	82,00%	9.117	-	9.117	7.401
Dable (ii)	187.578	100,00%	187.578	-	187.578	211.010
Venus	5.364	100,00%	5.364	-	5.364	3.011
TPI-Log (v)	78.897	100,00%	78.897	-	78.897	78.772
TPL	23.867	100,00%	23.867	-	23.867	25.727
Juno (iii)	30.039	100,00%	30.039	(30.039)	-	-
Rio Claro	8.807	100,00%	8.807	-	8.807	1.909
Tucano	8.892	100,00%	8.892	-	8.892	8.892
Guariroba	2.888	100,00%	2.888	-	2.888	2.864
ATTT (i)	131	64,00%	84	50	134	134
Mercurio	1	100,00%	1	-	1	1
Minerva	1	100,00%	1	-	1	1
Netuno	1	100,00%	1	-	1	1
Convale (vi)	13.461	100,00%	13.461	(13.461)	-	49
Rio Guaíba	852	100,00%	852	-	852	21.747
Estrela (vii)	2.755	100,00%	2.755	(2.755)	-	2.756
Retirinho (vii)	2.674	100,00%	2.674	(2.674)	-	2.674
Taboca (vii)	4.262	100,00%	4.262	(4.262)	-	4.262
CTVias (iv)	(1.172)	100,00%	(1.172)	10.994	9.822	10.937
Total Investimentos	787.336		749.902	(51.774)	698.128	920.300
Econorte	(58.357)	100,00%	(58.357)	-	(58.357)	(105.433)
Concepa	(12.496)	100,00%	(12.496)	-	(12.496)	(209.431)
Rio Guaíba	-	100,00%	-	-	-	-
Ecovale (i)	-	52,50%	-	(46)	(46)	(48)
Juno (iii)	-	100,00%	-	-	-	(2.158)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(70.853)		(70.853)	(46)	(70.899)	(317.070)
Total Investimentos Líquido	716.483		679.049	(51.820)	627.229	603.230

- (i) As controladas apresentam um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes e na integralização de capital, devido a envio de recursos em proporção diferente à participação da Companhia nas investidas.
- (ii) A controlada Dable detém 100% de participação na BR Vias Holding TBR, que detém 100% de participação na Transbrasiliana.
- (iii) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos estão reclassificados para participações a comercializar (vide nota explicativa nº 11).
- (iv) O ágio e a mais valia na aquisição do CTVias, líquidos de amortização (R\$11.000), são reconhecidos no saldo de investimentos na Controladora.
- (v) A controlada TPI-Log detém 100% de participação na TPB.
- (vi) A controlada apresenta uma desqualificação decorrente de créditos a receber da Triunfo, demonstrados como redução do investimento na controladora.
- (vii) As controladas Estrela, Retirinho e Taboca entraram em processo de liquidação em agosto de 2019 e, portanto, foram reconhecidas as perdas desses investimentos.

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	(reapresentado)		(reapresentado)	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Investimento				
Ecovale	(46)	-	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(46)	-	(48)	-

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes 31/12/2018 (reapresentado)	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Outros (a)	Investimentos permanentes 31/12/2019	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/2018 (reapresentado)
Econorte	(105.433)	-	47.076	-	-	(58.357)	(193.826)
Rio Tibagi	3.107	-	(293)	-	-	2.814	(760)
Concepa (i)	(209.431)	13.483	(8.239)	-	191.691	(12.496)	29.347
Rio Guaíba	21.747	1.235	(393)	(21.737)	-	852	8.490
Concer (ii)	238.032	-	(100.070)	-	11.882	149.844	(39.241)
Rio Bonito (ii)	7.401	-	(593)	-	2.309	9.117	(322)
Triunfo Convale	49	5	(60)	-	6	-	(95)
Tucano	8.892	57	(57)	-	-	8.892	(74)
Retirinho (iii)	2.674	25	(25)	-	(2.674)	-	(20)
Guariroba	2.864	49	(25)	-	-	2.888	(19)
Estrela (iii)	2.755	12	(11)	-	(2.756)	-	(30)
TPI LOG	78.772	206	(81)	-	-	78.897	(31.900)
Taboca (iii)	4.262	16	(16)	-	(4.262)	-	(24)
Dable	211.010	11.768	(35.200)	-	-	187.578	(21.831)
ATTT	134	-	-	-	-	134	-
Rio Claro	1.909	8.019	(1.121)	-	-	8.807	(8.559)
Ecovale	(48)	2	-	-	-	(46)	(2)
Juno (iv)	(2.158)	-	-	(110)	2.268	-	(20)
TPL	25.727	1.644	(3.504)	-	-	23.867	(41)
Concebra	297.013	260	(88.024)	-	-	209.249	(68.082)
Venus	3.011	25	2.328	-	-	5.364	17.141
Mercurio	1	10	(10)	-	-	1	(22)
Minerva	1	12	(12)	-	-	1	(16)
CTVias	10.938	1.448	(2.323)	-	(241)	9.822	(1.830)
Netuno	1	12	(12)	-	-	1	(16)
Trevally	-	-	-	-	-	-	(8)
Terlip	-	-	-	-	-	-	(2.395)
Total Investimentos	603.230	38.288	(190.665)	(21.847)	198.223	627.229	(314.155)

(a) Principais movimentações de outras naturezas:

- (i) Aumento de capital realizado na controlada Concepa mediante aporte financeiro e integralização de créditos detidos pela controladora.
- (ii) Ganho por aumento de participação nas controladas Concer e Rio Bonito, devido à transferência de ações de acionistas minoritários para a Companhia.
- (iii) As controladas Estrela, Retirinho e Taboca entraram em processo de liquidação em agosto de 2019 e, portanto, foram reconhecidas as perdas desses investimentos.
- (iv) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos estão reclassificados para participações a comercializar (vide nota explicativa nº 11).

c) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da Controladora com consolidado

	Patrimônio Líquido		Prejuízo do exercício	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Controladora	751.218	977.909	(192.625)	(368.011)
Acionistas não controladores	35.690	83.946	(23.810)	(18.377)
Consolidado	786.908	1.061.855	(216.435)	(386.388)

d) Saldos de ativo, passivo e resultado das controladas em 31 de dezembro de 2019

Empresa	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Econorte	33.528	88.642	143.954	36.573	(58.357)	47.076
Rio Tibagi	695	4.106	1.907	80	2.814	(293)
Concepa	26.422	703	9.608	30.013	(12.496)	(8.239)
Rio Guaíba	726	443	317	-	852	(393)
Concer	30.818	917.104	336.478	427.907	183.537	(123.749)
Rio Bonito	10.636	506	24	-	11.118	(724)
Convale	-	13.456	-	-	13.456	(60)
Concebra	43.764	1.721.159	154.052	1.401.622	209.249	(88.024)
Dable	-	187.578	-	-	187.578	(35.200)
BRVias Holding	1.261	345.968	130.672	519	216.038	(36.784)
Transbrasiliiana	14.683	596.335	111.069	154.213	345.736	(5.356)
CTVias	716	3.990	2.429	3.449	(1.172)	(2.323)
Venus	14.283	-	8.659	261	5.363	2.328
TPI - Log	-	78.897	-	-	78.897	(81)
TPL	5	62.809	7.255	31.693	23.866	(3.504)
Juno	-	-	-	-	-	-
Rio Claro	56.039	7.766	54.998	-	8.807	(2.579)
Tucano	-	8.892	-	-	8.892	(57)
Retirinho	-	-	-	-	-	(25)
Guariroba	18	2.869	-	-	2.887	(25)
Estrela	-	-	-	-	-	(11)
Taboca	-	-	-	-	-	(16)
ATTT	-	131	-	-	131	-
Mercurio	1	-	-	-	1	(10)
Netuno	1	-	-	-	1	(12)
Minerva	1	-	-	-	1	(12)

13. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Veículos	Outros	
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	144.672	22.817	15.446	1.587	3.036	13.493	1.194	202.245
Construções / Aquisições	2.996	20	827	36	184	2.494	3	6.560
Baixas	(2.214)	-	(411)	(3)	(39)	(1.493)	-	(4.160)
Transferência (i)	-	7.043	2.565	1.981	7.520	11.670	(6)	30.773
Saldo em 31/12/2019	145.454	29.880	18.427	3.601	10.701	26.164	1.191	235.418
Depreciação								
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	-	(7.847)	(8.175)	(1.324)	(2.207)	(10.547)	(501)	(30.601)
Depreciação	-	(1.613)	(2.028)	(320)	(1.003)	(2.598)	(83)	(7.645)
Depreciação – Mais valia	-	-	(96)	-	-	-	-	(96)
Baixas	-	-	246	-	29	1.111	-	1.386
Transferência (i)	-	(4.880)	(1.837)	(740)	(2.339)	(9.772)	-	(19.568)
Saldo em 31/12/2019	-	(14.340)	(11.890)	(2.384)	(5.520)	(21.806)	(584)	(56.524)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	144.672	14.970	7.271	263	829	2.946	693	171.644
Saldo em 31/12/2019	145.454	15.540	6.537	1.217	5.181	4.358	607	178.894
Taxas médias de depreciação		4%	10%	10%	20%	20%	10%	

- (i) Transferência para ativo imobilizado de bens não reversíveis ao Poder Concedente, anteriormente registrados como ativos de concessão (rubrica de Intangível), das controladas Concer e Concebra.

14. Intangível e intangível em construção

	Consolidado									
	Total Controladora	Ativos de Concessão Rodovias (i)	Projetos de atividades portuárias (ii)	Projetos/ Estudos de PCHs (iii)	Outros	Ágio na aquisição da Transbrasiliana (iv)	Ágio na aquisição CTVias (v)	Carteira clientes (CTVias) (vi)	Total Intangível	Intangível em construção (vii)
Custo										
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	1.843	4.693.687	8.769	9.902	327	17.738	9.555	1.355	4.743.176	963.989
Adições	1.527	69.053	-	-	-	-	-	-	70.580	39.522
Baixas	-	(5.141)	-	(7.477)	-	-	-	-	(12.618)	(50.924)
Reversão reserva de reavaliação	-	(17.152)	-	-	-	-	-	-	(17.152)	-
Reversão do <i>Impairment</i>	-	14.718	-	-	-	-	-	-	14.718	-
Transferência (viii)	-	325.899	-	-	-	-	-	-	325.899	(356.669)
Saldo em 31/12/2019	3.370	5.081.064	8.769	2.425	327	17.738	9.555	1.355	5.124.603	595.918
Amortização										
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	(186)	(2.423.683)	-	-	(209)	(2.752)	-	(135)	(2.426.965)	-
Amortização	(121)	(355.810)	-	-	-	(790)	-	(136)	(356.857)	(4.511)
Amortização - mais valia	-	(40.877)	-	-	-	-	-	-	(40.877)	-
Baixas	-	7.960	-	-	-	-	-	-	7.960	-
Transferências (viii)	-	24.076	-	-	-	-	-	-	24.076	-
Saldo em 31/12/2019	(307)	(2.788.334)	-	-	(209)	(3.542)	-	(271)	(2.792.663)	(4.511)
Valor residual líquido										
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	1.657	2.270.004	8.769	9.902	118	14.986	9.555	1.220	2.316.211	963.989
Saldo em 31/12/2019	3.063	2.292.730	8.769	2.425	118	14.196	9.555	1.084	2.331.940	591.407

- (i) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (ii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário, que ainda não estão em fase operacional.
- (iii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que ainda não estão em fase operacional. Parte foi baixada em agosto de 2019 com a liquidação das empresas Estrela, Taboca e Retirinho.
- (iv) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição da BR Vias Holding TBR, Controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (v) Refere-se ao ágio na aquisição de CTVias, realizada em 28 de dezembro de 2017, cuja alocação final do preço de compra foi reconhecida em junho de 2018.
- (vi) Refere-se à carteira de clientes identificada na avaliação da alocação do preço de compra da controlada CTVias.
- (vii) O intangível em construção (ativos de contrato) reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das Demonstrações Financeiras, e está segregado do saldo do Intangível conforme requerido pela norma de reconhecimento de receita (CPC 47 / IFRS 15).
- (viii) Foi reclassificado o montante de R\$302.306 de Intangível em construção para Intangível, devido à revisão dos saldos de obras da Nova Subida da Serra (“NSS”) realizada pela Administração da Concer e pela equipe de engenharia em razão das últimas revisões tarifárias da controlada. Tal revisão levou à conclusão de que parte dos investimentos já estavam refletidos na tarifa por fazerem parte do PER original e, como não está prevista a continuidade das obras da NSS, foi necessário segregar o valor do PER original das obras exclusivamente prevista no aditivo (ver contexto da Concer na nota explicativa nº 1). Com isso, avaliou-se também a necessidade de iniciar a amortização de tais investimentos (veja item abaixo sobre aprimoramento da prática de amortização de intangível). Adicionalmente, as demais transferências (tanto no custo como na amortização acumulada) referem-se a reclassificações de Intangível para Imobilizado de itens não reversíveis ao Poder Concedente, realizadas pelas controladas Concer e Concebra.

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01-Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização.

Em 31 de dezembro de 2018, o resultado apurado no teste de *impairment* para a controlada Econorte foi inferior à soma dos saldos do ágio (reconhecido na Triunfo) e ativo intangível, identificando assim a necessidade do registro da provisão para perda por desvalorização de seus ativos no valor de R\$268.282, sendo R\$6.778 na Triunfo referente ao ágio sobre aquisição de investimento.

As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2020 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2019, o resultado apurado no teste de *impairment* para a controlada Concer foi inferior à soma dos saldos do ativo intangível, identificando assim a necessidade do registro da provisão para perda por desvalorização de seus ativos no valor de R\$17.152. Por se tratar de ativo reavaliado, em consonância com o tópico 60 do pronunciamento contábil CPC- 01/IAS-36, este ajuste apresenta efeito no Patrimônio Líquido como “outros resultados abrangentes” no montante de R\$11.320, líquido dos tributos diferidos.

Na controlada Econorte, o resultado apurado no teste de *impairment* foi R\$14.718 superior ao saldo contábil e, portanto, em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecida a reversão parcial da provisão para perda apurada em 2018.

Os resultados apurados nos testes de *impairment* para as demais controladas da Companhia foram superiores aos saldos contábeis, sendo assim, não foram identificadas outras perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício de 2019.

Aprimoramento de prática contábil – Amortização do Intangível / Intangível em construção

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Administração procedeu a revisão da prática utilizada no reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis das controladas, em especial aos

investimentos previstos no Plano de Exploração da Rodovia ("PER"). O principal motivador para tal revisão foi o resultado da análise realizada pela Administração da controlada Concer, que verificou a necessidade de iniciar a amortização de parte dos saldos de ativo intangível em construção referente às obras da Nova Subida da Serra, que não está integralmente concluída, porém parte do montante já está contemplado na composição tarifária da concessionária.

O aprimoramento consiste basicamente em alterar o momento do início da amortização de investimentos do PER, passando a considerar a data de realização (execução) das obras, e não mais o momento em que o ativo passa a estar disponível para uso (na conclusão das obras). Ou seja, se estes investimentos já estão reconhecidos na tarifa homologada pelo Poder Concedente e, conseqüentemente, já trazem benefícios econômicos para a Companhia, já deve ser iniciada sua amortização, trazendo efeito simultâneo de reconhecimento de receita e custos (receita de pedágio x custo de amortização do intangível).

Pelo exposto acima, a amortização dos valores de intangível em construção, que representam os contratos de obras em andamento, passou a ser reconhecida no momento em que já é possível obter benefício econômico futuro (investimento revertido em tarifa de pedágio). O aprimoramento da prática ocorreu de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2019.

15. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Triunfo (Controladora):				
Fiança Bancária FINEP - FIBRA	Não há	8% a.a.	579	535
Fiança Bancária FINEP - ABC	Não há	CDI+2% a.a.	731	676
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	Não há	CDI + 7,4424% a.a.	40.363	35.417
Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia (i)	Aval da THP (Triunfo Holding de Participações)	140% do CDI	26.994	24.896
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	Não há	CDI+8% a.a.	3.002	2.777
Fiança Bancária FINEP - Santander (i)	Não há	CDI+1% a.a.	9.035	8.444
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Alienação Fiduciária de Ações	CDI+3% a.a.	33.342	47.017
Cédula de crédito bancário - ABC (i)	Não há	CDI+5,8% a.a.	11.368	10.127
			125.414	129.889
Concer:				
Financiamento de imobilizado - FINEP	Carta de fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	1.054	1.102
Cédula de crédito bancário – Avalista	Não há	CDI + 0,5% a.a.	6.847	6.538
FINAME - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados	1,50% a 8,50% a.a.	21	260
FINAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária dos bens financiados	6% a.a.	19	307
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	7.793	8.122
Crédito Bancário - Banco ABC	Não há	CDI + 0,5% a.a.	37.869	39.520
Cédula de crédito bancário - Banco Pine (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	30.197	28.352
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia (Triunfo) e fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	194.127	204.782
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	5.294	4.980
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	6.512	6.114
			289.733	300.077
Econorte:				
Conta garantida - Santander	Não há	3,25% a.a + CDI	41.075	9.404
			41.075	9.404
Concebra:				
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia (Triunfo)	TLP + 2% a.a.	1.111.226	952.524
Cédula de crédito bancário - BDMG	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,5% a.a.	-	13.338
Empréstimo Ponte - BDMG	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	-	17.211
FINAME – BNDES	Aval da Companhia (Triunfo)	7,5% a.a.	-	190
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	-	28.733
			1.111.226	1.011.996
Transbrasiliana:				
Finem – BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de concessão / Penhor das ações	TJLP + 2,91% a.a.	131.231	152.425
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	12.813	13.600
Arrendamento Mercantil - HP Financial	Alienação fiduciária dos bens financiados	15,7% a.a.	-	51
Arrendamento Mercantil - Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados	26,1% a.a.	8	76
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Ações Tijóá e Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	9.501	14.595
Finame - Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados e Notas promissórias	10% a.a.	57	141
Cédula de crédito bancário - Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados	12,63% a.a.	926	21
			154.536	180.909
Total de empréstimos e financiamentos			1.721.984	1.632.275
Parcela do circulante			339.388	1.160.516
Parcela do não circulante			1.382.596	471.759

- (i) Créditos contemplados no Leilão Reverso realizado em 20 de março de 2018. Os valores depositados em juízo foram levantados pelos credores em julho de 2018, com exceção dos fundos FLA *Investors* (Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia) cuja retirada dos recursos está condicionada à apresentação de fiança bancária, pois são instituições financeiras sediadas fora do país. O saldo residual das dívidas contempladas no Leilão Reverso, equivalente ao deságio dado pelos credores na ocasião, permanecem compondo os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures e estão sendo atualizados considerando as taxas de juros e correção monetária previstas nos respectivos contratos bilaterais, uma vez que as dívidas consideradas no Plano de RE retornaram suas condições originárias, após a decisão que reformou a homologação do Plano de RE. Em 31 de dezembro de 2019 esses créditos totalizam R\$89.400.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 está assim distribuído:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	11.169	342.895
2022	11.169	146.769
2023	11.169	141.112
A partir de 2024	11.168	572.491
	<u>44.675</u>	<u>1.203.267</u>

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como: não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76; relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2019, as cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos da Triunfo e de suas controladas foram cumpridas.

A Administração da Companhia vem adotando medidas para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na Controladora e em suas controladas. Em 2017, foram estruturados Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos de RE”), conforme explicados a seguir.

Planos de Recuperação Extrajudicial (suspensos em janeiro de 2020):

O pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras subsidiárias e da Concer foi protocolado no dia 22 de julho de 2017 e foi deferido em 25 de julho de 2017, determinando a partir desta data a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas a créditos abrangidos pelos Planos.

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de RE, conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

Os Planos de RE foram estruturados principalmente em virtude: (i) da execução, por parte de credores financeiros, das dívidas e suas garantias das controladas Concer e Concebra; (ii) dos riscos inerentes de bloqueios judiciais de ativos operacionais e financeiros essenciais à manutenção das atividades da Triunfo e da Concer; (iii) de restrições de liquidez, considerando a deterioração do cenário macroeconômico; (iv) da queda do desempenho operacional de algumas controladas da Triunfo; e (v) da necessidade de aportes não previstos na Concer e na Concebra.

Os Planos de RE abrangem unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a Companhia e suas controladas buscam equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

A homologação dos Planos de RE consiste no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos se tornam vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos planos, conforme mencionado a seguir:

- Opção A de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: possui carência de 48 meses a partir da data do pedido de homologação e pagamento de principal e juros em 48 meses após a carência;

- Opção B de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: consiste na opção de antecipação do recebimento mediante aplicação de deságio da dívida por meio do Leilão Reverso; e
- Plano de RE da Concer: consiste no pagamento de juros mensais equivalentes ao indexador do contrato + spread de 0,5% a.a., sendo que a amortização do principal ocorrerá de 2019 a 2021.

Em relação à Opção B de pagamento, o Leilão Reverso foi realizado no dia 20 de março de 2018 e foram contemplados os credores que apresentaram maior deságio, até o limite de R\$112 milhões que estavam disponibilizados para esta opção. As dívidas a serem liquidadas nesta operação abrangem dívidas próprias e de controladas em que a Triunfo é avalista. Os valores das dívidas totalizam R\$250,4 milhões e o deságio médio obtido foi de 55,3%. O pagamento dos créditos contemplados foi suspenso por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (“TJSP”) em 19 de março de 2018. Em 10 de maio de 2018 o TJSP liberou o pagamento aos credores, porém assentou a possibilidade de devolução dos valores caso o Plano de RE não fosse homologado em 2ª instância.

Em decorrência desta decisão, em 17 de maio de 2018 a Companhia depositou em juízo os montantes para liquidação das dívidas contempladas. No dia 29 de maio de 2018 o TJSP proferiu nova decisão deferindo a expedição das guias de levantamento dos recursos depositados em juízo, porém manteve em aberto a possibilidade de devolução dos valores caso não ocorresse a homologação em 2ª instância.

Abaixo está apresentado o resultado das propostas de deságios e valores depositados em juízo, segregados por empresa devedora:

Credor	Devedor originário	Deságio proposto	Saldo atualizado (i)	Deságio	Valor depositado em juízo
Santander	Triunfo	63,10%	12.463	7.864	4.599
FLA Investors	Triunfo	54,00%	23.097	12.472	10.625
BTG	Vessel	52,03%	44.326	23.063	21.263
ABC	Maestra	61,00%	14.544	8.872	5.672
Dívidas Triunfo + Maestra e Vessel (ii)			94.430	52.271	42.159
Pine	Concer	52,20%	54.864	28.639	26.225
Fibra	Concer	63,00%	9.855	6.209	3.646
BCV	Concer	37,00%	13.734	5.081	8.653
Dívidas Concer (iii)			78.453	39.929	38.524
Haitong	Aeroportos Brasil	68,00%	36.783	25.013	11.771
BTG	Aeroportos Brasil	52,02%	40.739	21.192	19.546
Dívidas Aeroportos Brasil (iii)			77.522	46.205	31.317
Total			250.405	138.405	112.000

(i) Saldo atualizado até a data de realização do Leilão Reverso.

(ii) A Maestra e a Vessel eram subsidiárias integral da Companhia com operação descontinuada, que também estavam abrangidas no Plano de RE. Elas foram extintas em agosto de 2017 e a Triunfo assumiu todos os passivos.

(iii) A Concer e a Aeroportos Brasil são subsidiárias da Companhia. As dívidas quitadas nesta opção de pagamento tinham aval da Companhia.

Os valores depositados em juízo foram levantados pelos credores em julho e em agosto de 2018, com exceção dos fundos FLA Investors cuja retirada dos recursos está condicionada à apresentação de fiança bancária, pois são instituições financeiras sediadas fora do país (vide nota explicativa nº 9).

Desta forma, no terceiro trimestre de 2018 foram registradas as amortizações dos créditos contemplados no Leilão Reverso, exceto para os créditos dos fundos FLA Investors, que

permaneceram compondo o saldo de depósitos judiciais (vide nota explicativa nº 9). Para os créditos contemplados na qual a Companhia é avalista (Concer e da Aeroportos Brasil), a Triunfo se sub-rogou na posição dos credores, cobrando das investidas os valores depositados em juízo. Os créditos sub-rogados estão reconhecidos na rubrica de partes relacionadas (vide nota explicativa nº 10). O saldo residual das dívidas contempladas no Leilão Reverso, equivalente ao deságio dado pelos credores na ocasião, permanecem demonstrados nas rubricas de empréstimos e financiamentos e debêntures (vide nota explicativa nº 15).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 03 de dezembro de 2019, foi reformada a sentença de primeira instância concedida em 09 de fevereiro de 2018, e a partir de 23 de janeiro de 2020, com a publicação do Acórdão, os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras, bem como da Concer, encontram-se suspensos. A decisão determina, ainda, que os credores contemplados no Leilão Reverso devolvam os recursos por meio de depósito judicial até que ocorra a destinação dos mesmos em nova decisão.

Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a possibilidade de reversão da decisão em instâncias superiores é possível. Desta forma, em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras permanecem apresentando os saldos das dívidas com os efeitos dos Planos de RE da Companhia e da Concer, uma vez que não ocorreu o trânsito e julgado do processo e, conseqüentemente, a expectativa é de que sejam mantidas as condições que já haviam sido acordadas com os credores nos Planos homologados em primeira instância.

Caso fossem contabilizados os efeitos da suspensão dos Planos em 31 de dezembro de 2019, seriam reconhecidos novamente os saldos amortizados dos credores abrangidos no Leilão Reverso no valor total de R\$93.069 (Triunfo e Concer), em contrapartida ao direito de recebimento dos recursos depositados pela Triunfo em maio de 2018, com a respectiva atualização monetária, totalizando R\$107.792 (desconsiderando o depósito ao credor Trophy, que não foi resgatado e incluindo depósitos feitos aos credores da Aeroportos Brasil, que não é consolidada nestas Demonstrações Financeiras). Além disso, na Concer seriam reconhecidos novamente os encargos moratórios perdoados, principalmente relacionados ao BNDES, e a diferença dos *spreads* atuais para os previstos nos contratos originais, condições firmadas à época com os credores do Plano da controlada e que totalizariam R\$44.215 em 31 de dezembro de 2019. Assim, a Companhia estima que o total de perdas possíveis no caso de decisão desfavorável no trânsito em julgado do processo é de R\$29.492.

Cabe mencionar que, além dos efeitos nas demonstrações financeiras citados acima, no caso de ser mantida a suspensão dos Planos de RE, parte das dívidas seriam reconhecidas novamente para o passivo circulante, considerando os prazos originais de cada contrato, vigentes antes da implementação do processo de RE.

Em paralelo, estão sendo conduzidas e retomadas as negociações com os credores abrangidos nos Planos de Recuperação Extrajudicial. Adicionalmente, os credores contemplados no Leilão Reverso apresentaram Embargos do Declaração ao Acórdão, solicitando a reversão da decisão e reafirmando o compromisso realizado no âmbito do Plano. Por essas razões, os saldos apresentados atualmente nas demonstrações financeiras retratam de forma conservadora a melhor estimativa da Administração para a resolução das dívidas com os credores abrangidos nos Planos.

Repactuação Empréstimo Ponte – BNDES (Concebra)

Em 23 de dezembro de 2019, a Concebra assinou junto ao BNDES o instrumento de confissão e reescalonamento do passivo decorrente do Empréstimo ponte, com interveniência (aval) da Triunfo. O novo formato da negociação prevê a quitação de dívida total (atualizada até a data de seu reescalonamento) de R\$1.111.265, sendo que (i) R\$792.348 (parcela denominada Subcrédito A) serão pagos pela Concebra em 72 parcelas, mais uma parcela única com vencimento em 15/12/2025, a ser quitada com aporte da Triunfo, e (ii) a diferença, de R\$318.917 (denominada Subcrédito B), correspondente aos encargos moratórios do Empréstimo ponte, será perdoadada. O novo indexador aplicável será TLP + 2% a.a..

Conforme previsto no contrato de reescalonamento, o valor do Subcrédito B terá seu pagamento dispensado anualmente pelo BNDES a partir de 31 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2024, na proporção do saldo efetivamente amortizado do Subcrédito A. O saldo residual do Subcrédito B também será perdoado na quitação do Subcrédito A, na data de vencimento (31 de dezembro de 2025) ou a qualquer momento em uma eventual liquidação antecipada.

Para garantir o pagamento das 72 parcelas do Subcrédito A, a Concebra alienou fiduciariamente ao BNDES direitos creditórios representativos de 27% de seu faturamento bruto mensal, devendo as receitas originadas do contrato de concessão serem depositadas diretamente em conta centralizadora aberta especificamente para esse fim. Na prática, as receitas de pedágio e acessórias auferidas pela Concebra serão diretamente depositadas na conta centralizadora e, ao final de cada mês, 27% do saldo será diretamente transferido para o BNDES para pagamento do Subcrédito A, sendo que apenas o saldo residual poderá ser utilizado pela Concessionária para quitar seus custos, despesas e tributos, correntes e extraordinários.

A despeito da confirmação acima a respeito do perdão do Subcrédito B e, ainda, da alteração de indexador, da forma e prazo de pagamento da dívida, da garantia etc., o BNDES fez constar do contrato que essas alterações não representam uma novação da dívida, de modo que não restaram totalmente atendidos os requisitos da liquidação, cancelamento ou expiração do prazo para o desconhecimento de um passivo financeiro, na forma do item 3.3.1 do Pronunciamento Técnico CPC-48. Houve, como se esclareceu acima, alterações muito significativas, mas que não atendem à literalidade da norma. Da mesma forma, não restou plenamente caracterizada a aplicação da regra do item 3.3.2 do mesmo CPC-48 (substituição dos instrumentos de dívida por outro substancialmente diferente), por conta da natureza (jurídica) condicional do perdão anual do Subcrédito B e das exigências específicas do item B.3.3.6 para sua aplicação, a despeito de, na prática, os benefícios obtidos terem sido substanciais.

Não há dúvidas, no entanto, de que a assinatura do contrato de reescalonamento gerou uma profunda e considerável alteração nas condições da dívida perante o BNDES, gerando-se ganhos relevantes e observáveis desde logo para a Concebra, embora a aplicação literal do item 3.3. do CPC-48 não possibilite a demonstração apropriada dessa nova posição financeira.

A Administração da Companhia e da Concebra entendem que a referida norma não reflete a essência da transação com o BNDES, tampouco possibilita a obtenção de resultados similares àqueles que seriam obtidos por terceiros independentes na avaliação do valor desse mesmo passivo em qualquer outra circunstância.

Por conta disso, com o objetivo de divulgar todas as informações disponíveis para qualquer intérprete das presentes demonstrações financeiras, está sendo apresentado abaixo o valor estimado da dívida, que na opinião da Administração da Companhia reflete de maneira mais apropriada os termos do reescalonamento e o montante que de fato espera-se ter desembolso para quitação do saldo devedor.

	<u>31/12/2019</u>
<u>Subcrédito A</u> , líquido do pagamento da 1ª parcela e atualizado pelos juros contratuais	790.498
<u>Subcrédito B</u> , atualizado pelos juros contratuais	320.728
(-) Perdão de encargos moratórios	(179.329)
Valor estimado a pagar ao BNDES	<u>931.897</u>

O valor estimado de perdão de encargos moratórios do BNDES foi apurado com base nos seguintes critérios: (i) cálculo dos saldos devedores de 2020 a 2024 pelos juros previstos no contrato de reescalonamento; (ii) reconhecimento da amortização que ocorrerá com a retenção de 27% das receitas de pedágio e, por conseguinte, do saldo a ser perdoado do Subcrédito B, o qual, ao final, (iii)

foi descontado a valor presente pela taxa de 7,28% a.a., que representa o custo atual do financiamento. A partir de tal fluxo, conclui-se que a Concebra deixará de pagar o equivalente a R\$179.329 na data dessas Demonstrações Financeiras, sendo o montante de R\$931.897 o valor da dívida que a Companhia entende como mais adequado para avaliação da situação patrimonial.

A estimativa das parcelas a serem perdoadas referentes aos encargos moratórios (Subcrédito B) estão apresentadas abaixo por período de vencimento, sendo que no curto prazo já espera-se realizar o perdão da dívida no montante de R\$46.490.

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Valor futuro (Subcrédito B)	46.490	43.554	43.501	43.500	43.503	216.409	436.957
(-) Ajuste a valor presente	(3.206)	(5.792)	(8.379)	(10.793)	(13.050)	(75.334)	(116.554)
Perdão dos encargos moratórios em 31/12/2019	43.284	37.762	35.122	32.707	30.453	141.075	320.403

Vale ressaltar, ainda, que no caso de quitação antecipada do Subcrédito A, o saldo do Subcrédito B terá o pagamento integralmente dispensado. Assim, o valor da dívida, para fins de análise de valor de liquidação, em 31 de dezembro de 2019 seria equivalente apenas ao saldo de Subcrédito A, que monta R\$790.498.

16. Debêntures

Emissora	Emissão	Debêntures Emitidas	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros a.a.	Consolidado		
									31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	
Econorte (i)	3ª Emissão	24.600	04/2020	246.000	(6.435)	239.565	CDI + 3,20%	CDI+3,95%	50.463	94.232	
Vessel/Triunfo (ii)	1ª Emissão	145.000	09/2017	145.000	(3.188)	141.812	IPCA+7,60%	IPCA+8,19%	26.690	24.546	
Concer (iii)	1ª Emissão	200	02/2021	200.000	(8.750)	191.250	CDI + 3,85%	CDI+4,82%	49.374	91.719	
BR Vias Holding TBR (iv)	1ª Emissão	44.000	12/2021	44.000	-	44.000	IGPM+12%	IGPM + 12%	128.455	97.285	
Vênus (v)	1ª Emissão	699.331	01/2021	647.300	(7.355)	639.945	13,5%a15,5%	23,64%	261	2.613	
				<u>1.282.300</u>	<u>(25.728)</u>	<u>1.256.572</u>			<u>255.243</u>	<u>310.395</u>	
									Circulante	247.938	225.865
									Não circulante	7.305	84.530

- (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória emitidas em 15 de abril de 2015. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (*Swap*), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa nº 27, item c). Houve quebra de *covenants* relacionada ao rebaixamento do *rating* da Econorte, porém não ensejou em vencimento antecipado da dívida.
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries, emitidas em 21 de setembro de 2017. Após a extinção da Vessel, emissora original das debêntures, a Companhia assumiu a dívida junto aos debenturistas, que estão abrangidos no Plano de RE da Companhia. O saldo devedor das debêntures foi contemplado no Leilão Reverso, realizado em 20 de março de 2018, e o valor para liquidação foi depositado judicialmente em 17 de maio de 2018 (vide nota explicativa nº 15), o qual foi levantado pelos credores em 06 de julho de 2018. O valor residual, equivalente ao deságio dado pelo credor na ocasião, com as devidas atualizações de juros, permanece compondo o saldo de debêntures, até que se obtenha a resolução do Plano de RE em instâncias superiores ou confirmação formal do desconto concedido pelos debenturistas, caso o Plano permaneça suspenso. Adicionalmente, se considerada a escritura original da dívida, a Companhia estaria em descumprimento com as cláusulas restritivas, podendo motivar o vencimento antecipado. No entanto, não há expectativas de que isso ocorra, uma vez que o saldo devedor já foi considerado liquidado no âmbito da RE. Importante ressaltar, ainda, que não haveria impactos contábeis na hipótese de vencimento antecipado, pois o saldo residual do leilão reverso está integralmente reconhecido no circulante.
- (iii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, emitidas em 12 de julho de 2013. A Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

- (iv) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012, emitidas em 22 de dezembro de 2010. As parcelas de dezembro de 2017, dezembro de 2018 e dezembro de 2019 encontram-se vencidas. O aval da Triunfo referente às debêntures da BR Vias Holding TBR está abrangido no Plano de RE (vide nota explicativa nº 15). O saldo da dívida permanece reconhecido integralmente no passivo circulante.
- (v) Debêntures privadas conversíveis em ações, composta por duas séries, emitidas em 23 de novembro de 2016. A 1ª série previa remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. somada à variação cambial, e possuía como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave. Desta forma, devido à alienação do ativo, a 1ª série das debêntures foi totalmente resgatada em 26 de outubro de 2017. A 2ª série consiste em prêmio a ser pago no vencimento, calculado sobre o valor das ações da Triunfo. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo a pagar refere-se ao prêmio, mensurado a valor justo por meio da precificação das ações da Triunfo para a data de vencimento das debêntures (vide nota explicativa nº 27, item c).

Em 31 de dezembro de 2019, exceto pelo mencionado nos itens (i), (ii) e (iv) acima, as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

As parcelas registradas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 são relacionadas às debêntures das controladas Concer e Vênus, e possuem vencimento para fevereiro de 2021.

17. Notas Promissórias

Emissora	Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de juros	Consolidado	
					31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Concer	18/01/2016	02/2021	210.000	CDI + 2,00%	63.241	117.485
					63.241	117.485
				Circulante	54.215	54.304
				Não circulante	9.026	63.181

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040. A controlada Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

18. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado					31/12/2019
	31/12/2018 (reapresentado)	Constituição da provisão para manutenção	Efeito do valor presente sobre a constituição	Realização da manutenção	Ajuste a valor presente - realizações	
Econorte	51.145	11.335	4.222	(5.275)	(2.289)	59.138
Concebra	237.608	32.503	17.057	-	-	287.168
Concer	598	-	-	-	-	598
Transbrasiliana	2.837	1.185	824	-	-	4.846
Total	292.188	45.023	22.103	(5.275)	(2.289)	351.750
Circulante	30.586					41.991
Não circulante	261.602					309.759

19. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	921	237
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	2.589	396
Imposto de Renda Retido na Fonte	14	30	930	315
COFINS	49	78	10.275	4.099
PIS	8	13	2.223	730
INSS	-	-	540	758
Imposto Sobre Serviços	-	13	24.835	26.011
Imposto sobre Operações Financeiras	159	129	169	129
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	50	84	430	580
Programa de Regularização Tributária – PRT	-	-	-	4.671
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	6.255	17.112
Outros Parcelamentos	-	-	42.761	16.927
Outros Débitos Tributários	-	-	1.014	17.052
	280	347	92.942	89.017
Parcela do circulante	280	347	47.515	77.156
Parcela do não circulante	-	-	45.427	11.861

20. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas.

As provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. As provisões são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				31/12/2019
	31/12/2018 (reapresentado)	Adições	Pagamentos	Reversões	
Processos cíveis	46.970	7.176	(987)	(1.197)	51.962
Processos tributários	3.348	2.838	-	(1.559)	4.627
Processos trabalhistas	9.867	8.210	(326)	(6.900)	10.851
	60.185	18.224	(1.313)	(9.656)	67.440

Os processos cíveis são compostos principalmente por ações de usuários requerendo reparação civil por incidentes nas rodovias.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de perda foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possível nos montantes de R\$393.776 e R\$287.046 em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Adicionalmente, os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e controladas encontram-se suspensos devido à decisão de 2ª instância que reverteu a homologação dos Planos. Os assessores da Companhia consideram como possível a probabilidade de perda no referido processo em instâncias superiores e, desta forma, a Companhia não constituiu provisões para demandas judiciais nem reconheceu os passivos financeiros sob as condições originais dos contratos com os credores, que totalizariam R\$29.492 líquidos dos valores a serem devolvidos pelos credores, uma vez que não reconhece que haverá provável desembolso de caixa destas naturezas. Vide contexto completo da Recuperação Extrajudicial na nota explicativa nº 15.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 31 de dezembro de 2019 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto das ações da Companhia no Mercado. O programa inicial tinha prazo de 365 dias e foi aprovado novamente em 22 de março de 2016, estendendo seu prazo por mais 18 meses.

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do programa de recompra de ações, que se encerrou em março de 2019. A quantidade total de ações recompradas foi de 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado das controladas Concer e Econorte, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados. A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados” integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

No exercício de 2018, com a apuração de perda por desvalorização de investimentos na controlada Econorte, a reserva de reavaliação reflexa relacionada a este ativo no montante de R\$23.047 foi integralmente revertida. No exercício de 2019, com a perda por desvalorização de

investimentos da controlada Concer, foi revertido o montante de R\$ 9.264 da reserva de reavaliação reflexa relacionada a este ativo (Vide nota explicativa nº 14).

d) Lucro (Prejuízo) por ação

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(192.625)	(368.011)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	173.506.600	173.506.600
Resultado por ação – básico	(1,11019)	(2,12102)
Resultado por ação – diluído	(1,11019)	(2,12102)
Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas	(1,28332)	(2,22030)
Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas	0,17313	0,09928

e) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro (Prejuízo) líquido	(192.625)	(368.011)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	21.791	35.993
(+) Reversão do Plano de opção de compra de ações	-	7.273
Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	(170.834)	(324.745)
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	-
Base de cálculo de dividendos	(170.834)	(324.745)

f) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo de reserva legal foi integralmente absorvido pelo prejuízo do exercício de 2018.

g) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia.

22. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	967.627	1.101.180
Construção de ativos das concessões de rodovia	96.796	178.641
Outros	11.584	11.959
	1.076.007	1.291.780
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(84.306)	(96.012)
	991.701	1.195.768

A redução da receita líquida em 2019 ocorreu, principalmente, por conta do encerramento da operação da Concepa em 03 de julho de 2018, e pelos efeitos de redução de tarifa nas praças de pedágio da Econorte, bem como a suspensão temporária da cobrança na praça de Jacarezinho/PR, que resultou em uma redução de aproximadamente 43%. Em agosto de 2019, a arrecadação foi normalizada com o término da ação de improbidade administrativa (vide nota explicativa nº 1).

a) Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

b) Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está prevista no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

c) Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.

23. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2019 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$8.596. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.399	5.368	12.946	15.305
Encargos sociais	1.258	1.073	2.640	2.423
Benefícios diretos e indiretos	50	106	1.484	1.914
Participações nos resultados	(82)	5.282	2.144	9.060
	7.625	11.829	19.214	28.702

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	128	344	4.641	12.227
Valor justo debêntures	-	-	2.351	17.163
Instrumentos derivativos	-	-	-	1.799
Juros recebidos	-	-	188	113
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	8.278	14.326	4.112	1.524
Outros juros e descontos obtidos	7.739	12.365	3.420	1.841
	16.145	27.035	14.712	34.667
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	-	-	(51.773)	(37.018)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(18.386)	(17.735)	(226.045)	(243.153)
Instrumentos derivativos	-	-	(8.698)	(11.138)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção	-	-	(19.814)	(14.909)
Imposto sobre operações financeiras	(100)	(965)	(1.758)	(33.591)
Outros juros, multas e atualizações	(458)	(3.653)	(19.142)	(42.781)
	(18.944)	(22.353)	(327.230)	(382.590)
Resultado financeiro	(2.799)	4.682	(312.518)	(347.923)

25. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	Garantia	Outros	Total LMI (i)
Econorte	12.500	95.976	-	90.869	-	199.345
Concer	20.000	109.701	25.000	-	-	154.701
Concebra	10.000	65.000	10.000	-	2.792	87.792
Transbrasiliiana	10.000	47.735	15.411	-	-	73.146
Triunfo	-	-	-	-	47.000	47.000
	52.500	318.412	50.411	90.869	49.792	561.984

- (i) O Limite Máximo de Indenização corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

26. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizam R\$1.693 (R\$5.658 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$2.465 (R\$7.044 no consolidado). As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$1.884 (R\$6.681 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$2.600 (R\$7.973 no consolidado).

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de dezembro de 2019 é de 529 participantes (732 participantes em 31 de dezembro de 2018).

27. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações Financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 5)	8.394	26.119	8.394	26.119
Total	8.394	26.119	8.394	26.119
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	1.721.984	1.632.275	1.542.655	1.632.275
Debêntures (nota explicativa nº 16)	255.243	310.395	255.243	310.395
Notas promissórias (nota explicativa nº 17)	63.241	117.485	63.241	117.485
Dividendos	47.515	77.156	47.515	77.156
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota explicativa nº 27, item c)	-	24.050	-	24.050
Total	2.087.983	2.161.361	1.908.654	2.161.361

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31 de dezembro de 2019		
	Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Inputs significativamente e observáveis (Nível 2)	Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3)
Ativos/ Passivos mensuráveis a valor justo			
Debêntures (Vênus)	-	-	261
Ativos/Passivos com divulgação do valor justo			
Debêntures (Vênus)	-	-	261

c) Instrumentos financeiros derivativos

- Econorte:

A Companhia mantinha um contrato de *swap* de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger parte da remuneração de juros de CDI + 1,90% a.a. referente à debenture emitida em abril de 2015. O contrato de *swap* previa que a Companhia transferisse o risco de CDI + 1,90% a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10% a.a..

O valor nominal contratado foi de R\$246.000 com vencimento semestral, sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do *swap* correspondiam aos pagamentos de juros da debênture.

No dia 13 de junho de 2019, foi emitida uma cédula de crédito bancário de capital de giro, com vigência até 11 de setembro de 2019, no valor de R\$ 32.995, quitando a operação de *swap* junto ao banco Santander.

O instrumento financeiro derivativo estava sendo mensurado a valor justo a partir de *inputs* significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo. A Companhia mantinha controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Perda instrumentos derivativos	-	(24.925)
Marcação a mercado derivativos	-	875
Total instrumentos financeiros derivativos	-	(24.050)
Passivo Circulante	-	(16.813)
Passivo Não circulante	-	(7.237)
	-	(24.050)

- Vênus:

Em novembro de 2016, a controlada Vênus emitiu Debêntures privadas conversíveis em ações, conforme descrito na nota explicativa nº 16. O vencimento das debêntures ocorrerá em janeiro de 2021, porém a 1ª série da emissão foi liquidada antecipadamente em 2017.

A 2ª série consiste no pagamento de um prêmio ao debenturista do valor resultante da diferença (se positiva) entre (i) a média ponderada por volume financeiro de negociação das ações da Triunfo na B3 durante os 60 pregões que antecederem a data de vencimento e (ii) o valor de R\$4,46, multiplicado por 15.000.000.

O saldo do prêmio está registrado a *Fair Value Option*, representando o cálculo do valor a ser pago de acordo com a precificação das ações da Triunfo projetada para a data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2019, o valor justo do prêmio corresponde a R\$261 (R\$2.613 em 31 de dezembro de 2018).

d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,50% para o ano de 2019 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

- *Triunfo (Controladora e consolidado)*

Operação	Risco	Cenário		
		Provável	Cenário II	Cenário III
Econorte	CDI	372	279	186
Concer		297	223	148
Transbrasiliana		438	329	219
Concebra	CDI	1.003	752	502
Rio Claro	CDI	2.477	1.857	1.238
CTVias	CDI	4	3	2
R\$ 102.022 (**)		4.591	3.443	2.295
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	4,50%	3,38%	2,25%

(*) Saldos em 31 de dezembro de 2019 aplicados em CDB e Fundos DI

(**) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2019, foram definidos os cenários prováveis para o período e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora e Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Fiança Bancária FINEP – ABC	CDI	33	41	49
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	CDI	1.816	2.270	2.725
Cédula de crédito bancário - Trophy FIP	CDI			
Multiestratégia		1.215	1.518	1.822
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	CDI	135	169	203
Fiança Bancária FINEP - Santander	CDI	407	508	610
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	1.500	1.875	2.251
Cédula de crédito bancário – ABC	CDI	512	639	767
Financiamento de imobilizado – FINEP	TJLP	54	67	80
Cédula de crédito bancário - Avalista	CDI	308	385	462
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	CDI	351	438	526
Crédito Bancário - Banco ABC	CDI	1.704	2.130	2.556
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	CDI	1.359	1.699	2.038
Empréstimo Ponte - BNDES A e B	TJLP	9.881	12.351	14.822
Cédula de crédito bancário - Banco Crédito Varejo	CDI	238	298	357
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	CDI	293	366	440
Conta garantida – Santander	CDI	1.848	2.310	2.773
Empréstimo Ponte – BNDES	TJLP	56.561	70.702	84.842
Finem – BNDES	TJLP	6.680	8.350	10.019
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	CDI	577	721	865
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	428	534	641
R\$ 1.720.374 (**)		85.900	107.371	128.848
Debêntures – Econorte	CDI	2.271	2.839	3.406
Debêntures – Concer	CDI	2.222	2.777	3.333
Debêntures – Triunfo (Vessel)	IPCA	1.078	1.348	1.617
Debêntures – BR Vias Holding TBR	IGP-M	7.091	8.863	10.636
R\$ 254.982 (**)		12.662	15.827	18.992
Notas Promissórias – Concer	CDI	2.846	3.557	4.269
R\$ 63.241 (*)		2.846	3.557	4.269
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	4,50%	5,63%	6,75%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	5,52%	6,90%	8,28%
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	TJLP	5,09%	6,36%	7,64%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IPCA	4,04%	5,05%	6,06%

(*) Saldos em 31 de dezembro de 2019

(**) Fonte: BACEN

(***) Fonte: Relatório Santander

Para verificar a sensibilidade do prêmio da debênture da controlada Vênus, foi definido o cenário provável para o ano de 2019, e a partir deste foram calculadas variações positivas e negativas de 25% e 50%.

- *Vênus (Consolidado)*

Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Risco da ação da Triunfo (i)	-	- 50% 3	- 25% 46	25% 833	50% 1.920

(i) Utilizado como cenário provável o preço da ação da Triunfo em 31 de dezembro de 2019.

e) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

- Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

- Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%.

- Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

- Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

- Risco regulatório

Desconsidera-se quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Considera-se que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

- Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 15)	125.414	129.889	1.721.984	1.632.275
Debêntures (nota explicativa 16)	26.690	24.546	255.243	310.395
Notas promissórias (nota explicativa 17)	-	-	63.241	117.485
Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 27, item c)	-	-	-	24.050
(-) Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa 3)	(84)	(45)	(101.673)	(119.563)
(-) Caixa restrito (nota explicativa 4)	-	-	(4.901)	(1.864)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 5)	-	-	(8.394)	(26.119)
Dívida líquida	152.020	154.390	1.925.500	1.936.659
Patrimônio líquido	715.528	893.963	751.218	977.909
Total do capital	867.548	1.048.353	2.676.718	2.914.568
Índice de alavancagem financeira - %	17,52	14,73	72,58	67,49

28. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Segmento Rodoviário: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, BR Vias Holding TBR, Transbrasileira, Concebra, Convale, e CTVias;
- Projetos Portuário: TPI-Log, TPB e TPL;
- Segmento de Energia: Juno;
- *Holding*: a Companhia;
- Outros: Rio Claro, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Netuno, Mercúrio, Minerva, ATTT, e Vênus.

As controladas em conjunto Tijoá e CSE, que atuam no segmento de energia, são subsidiárias diretas da Juno e não são consolidadas pela Triunfo e tais ativos encontram-se destinados à venda (vide

nota explicativa nº 11). A controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que atua no segmento aeroportuário, não é consolidada e seu investimento foi baixado pela Companhia no exercício de 2017 (vide nota explicativa nº 1, item v).

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/12/2019					Consolidado
	Rodovia	Porto	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade						
Receita operacional líquida	991.701	-	-	-	-	991.701
Custos dos serviços prestados	(874.561)	-	-	-	-	(874.561)
Lucro bruto	117.140	-	-	-	-	117.140
Receitas (Despesas) operacionais	(129.992)	(118)	(3.492)	(219.865)	192.123	(161.344)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(12.852)	(118)	(3.492)	(219.865)	192.123	(44.204)
Resultado financeiro	(309.325)	(3.467)	3.073	(2.799)	-	(312.518)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(322.177)	(3.585)	(419)	(222.664)	192.123	(356.722)
Imposto de renda e contribuição social	110.248	-	-	-	-	110.248
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(211.929)	(3.585)	(419)	(222.664)	192.123	(246.474)
Operações descontinuadas						
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	30.039	30.039
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(211.929)	(3.585)	(419)	(222.664)	222.162	(216.435)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	23.810	23.810
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(211.929)	(3.585)	(419)	(222.664)	245.972	(192.625)
Ativos totais por segmento	3.468.851	141.711	90.001	981.018	(934.675)	3.746.906
Passivos totais por segmento	2.932.272	38.948	63.918	265.490	(304.940)	2.995.688

	31/12/2018 (reapresentado)						
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações Consolidado (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	1.196.146	-	-	-	-	(378)	1.195.768
Custos dos serviços prestados	(841.907)	-	-	-	-	(1)	(841.908)
Lucro bruto	354.239	-	-	-	-	(379)	353.860
Receitas (Despesas) operacionais	(331.742)	(31.939)	(20)	(3.643)	(391.655)	314.607	(444.392)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	22.497	(31.939)	(20)	(3.643)	(391.655)	314.228	(90.532)
Resultado financeiro	(362.206)	-	-	9.601	4.682	-	(347.923)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(339.709)	(31.939)	(20)	5.958	(386.973)	314.228	(438.455)
Imposto de renda e contribuição social	33.105	-	-	-	1.736	-	34.841
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(306.604)	(31.939)	(20)	5.958	(385.237)	314.228	(403.614)
Operações descontinuadas							
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	17.226	-	17.226
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(306.604)	(31.939)	(20)	5.958	(368.011)	314.228	(386.388)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	18.377	18.377
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(303.604)	(31.939)	(20)	5.958	(368.011)	332.605	(368.011)
Ativos totais por segmento	3.667.967	138.600	19.600	116.000	1.410.224	(1.369.898)	3.982.493
Passivos totais por segmento	3.107.354	34.101	2.158	89.498	526.105	(754.632)	3.004.584

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

29. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados à concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia (PER) prevê investimentos anuais remanescentes, conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2020 a 2021	24.492
	24.492

Os valores apresentados encontram-se a preço original de abril de 1995 e são atualizados com o índice de reajuste da tarifa, estando em vigor o índice de 5,06442 aprovado em 2018.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita de construção	8.033	10.349
Custo de construção	(8.033)	(10.349)
	-	-

b) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Conforme 6º Termo Aditivo ao contrato de concessão, o Programa de Exploração da Rodovia - PER passou a prever investimentos no montante de R\$202.832 com o seguinte cronograma de desembolsos:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2020	94.536
2021	108.296
	<u>202.832</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita de construção	43.277	26.074
Custo de construção	(43.277)	(26.074)
	-	-

c) Concebra

A Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2020	1.006.546
2021	406.434
2022 até 2044	5.416.198
	<u>6.829.178</u>

Os valores mencionados acima, estão de acordo com o PER original, no entanto a controlada apresentou proposta de revisão quinzenal do contrato de concessão, para adequar as obrigações contratuais à atual realidade.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita de construção	21.198	97.029
Custo de construção	(20.656)	(94.570)
	542	2.459

d) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2020	40.314
2021	10.892
2022	27.878
2023	14.849
2024	9.409
2025 até 2028	158.581
	<u>261.923</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita de construção	24.288	45.189
Custo de construção	(24.288)	(45.189)
	-	-

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

30. Eventos subsequentes

i) Decisão Judicial – Econorte

Em 21 de janeiro de 2020 a Companhia e suas subsidiárias Econorte e Rio Tibagi tomaram conhecimento de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, estabelecendo nova redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças da Econorte e a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi.

Em 05 de fevereiro de 2020, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu parcialmente a decisão liminar acima, revertendo a redução das tarifas de pedágio, sendo reestabelecida a tarifa nas praças de pedágio a partir de 06 de fevereiro de 2019. Em 02 de março de 2020, foi publicada a decisão do juízo de primeira instância, que suspendeu a vedação da distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi. Vide nota explicativa nº 1, item i).

ii) Planos de Recuperação Extrajudicial (PER's)

Em 22 de janeiro de 2020 foi publicado o acordão com os votos dos julgadores do recurso e, a partir de 23 de janeiro de 2020 os PERs da Companhia e outras, bem como da Concer, encontram-se suspensos, com os créditos abrangidos retornando às condições precedentes. Adicionalmente, os credores contemplados no Leilão Reverso realizado em 20 de março de 2018 deverão depositar judicialmente os valores recebidos. Vide nota explicativa nº 15.

iii) Processo de Caducidade – Viracopos

Em 23 de janeiro de 2020 foi proferida decisão pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça suspendendo o processo de caducidade e as multas administrativas impostas pela ANAC em relação à controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. Vide nota explicativa nº 1, item v).

iv) Plano de Recuperação Judicial – Viracopos

Em 14 de fevereiro de 2020 foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") das controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A., Viracopos Estacionamentos S.A., que prevê, dentre outras medidas, a necessidade de requerimento de relicitação. A devolução do ativo no contexto desta relicitação ocorrerá de modo a representar um *stop loss*, implicando uma ampla quitação para a Concessionária e seus acionistas (público e privados), nos termos e condições do plano. Em 18 de fevereiro de 2020 o PRJ foi homologado judicialmente.

A controlada em conjunto Viracopos firmou ainda um acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, estabelecendo que os valores decorrentes de instrumentos financeiros concedidos à Concessionária não estão sujeitos ao processo de Recuperação Judicial. O acordo prevê também a liberação de recursos disponíveis nas contas garantidoras vinculadas a esses passivos, bem como a suspensão parcial de pagamentos até que ocorra a relicitação do aeroporto. Vide nota explicativa nº 1, item v).

v) *Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras*

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, como queda no volume de tráfego, por exemplo, que possam estar relacionadas a um reflexo da epidemia do Coronavírus.

Desta forma, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Companhia estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios da Triunfo, principalmente em suas concessionárias de rodovias e, ainda, para seus usuários e fornecedores. Contudo, a Triunfo não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente as operações da Companhia.



ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2020

Aos Acionistas,

A Administração da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 25, parágrafo 1º da Instrução Normativa CVM nº 480/09, apresenta a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia, a ser realizada no dia 27 de abril de 2020, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2020, no valor de **R\$ 153.494.708,52 (cento e cinquenta e três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e oito reais)**, conforme orçamento individual aprovado na Reunião do Conselho de Administração de cada Controlada, de acordo com as fontes de financiamento apresentadas abaixo.

1.1 Proposta de Orçamento de Capital:	R\$ 153.494.708,52
1.2 Aplicações Investimentos orçados para 2020 nos projetos atualmente em desenvolvimento pela Companhia	R\$ 153.494.708,52
1.3 Origens / Fontes de Financiamento Reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores Recursos próprios e/ou de terceiros	- R\$ 153.494.708,52

São Paulo, 11 de março de 2020.

A Administração

1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:					Posição em 31 de dezembro de 2019 (Em Mil Ações)	
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	8.966	5,09	-	-	8.966	5,09
Explorador Capital Management (i)	21.363	12,14	-	-	21.363	12,14
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	88	0,05	-	-	88	0,05
Miguel Ferreira Aguiar	892	0,51	-	-	892	0,51
Wilson Piovezan	88	0,05	-	-	88	0,05
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,34	-	-	600	0,34
Dorival Pagani Junior	27	0,02	-	-	27	0,02
Ações em tesouraria	2.493	1,42	-	-	2.493	1,42
Outros	43.732	24,85	-	-	43.732	24,85
Total	176.000	100,00	-	-	176.000	100,00

(i) Companhia domiciliada no exterior.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO ACIONISTA CONTROLADOR DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Denominação:					Posição em 30 de dezembro de 2019 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Wilson Piovezan	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Klavier Investimentos S.A.	13.535	10,0	-	-	13.535	10,0
Total	135.359	100,0	-	-	135.359	100,0

2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30 de dezembro de 2019						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
Explorador Capital Management	21.363.150	12,14	-	-	21.363.150	12,14
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	87.920	0,05	-	-	87.920	0,05
Miguel Ferreira Aguiar	891.928	0,51	-	-	891.928	0,51
Wilson Piovezan	87.790	0,05	-	-	87.790	0,05
Administradores						
Diretoria	627.438	0,36	-	-	627.438	0,36
Conselho de Administração (exceto controladores)	121	0,00			121	0,00
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	52.698.253	29,94	-	-	52.698.253	29,94
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100,00

**POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES
E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**
Posição em 30 de dezembro de 2018

Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
Explorador Capital Management	21.000.850	11,93	-	-	21.000.850	11,93
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	87.920	0,05	-	-	87.920	0,05
Miguel Ferreira Aguiar	891.928	0,51	-	-	891.928	0,51
Wilson Piovezan	87.790	0,05	-	-	87.790	0,05
Administradores						
Conselho de Administração	121	0,00	-	-	121	0,00
Diretoria	609.544	0,35	-	-	609.544	0,35
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	53.078.447	30,16	-	-	53.078.447	30,16
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100,00

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *